

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA SCHMITT FIGUEIREDO SANTOS

DO DISCURSO À POLÍTICA:

**EXTREMA-DIREITA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
DE BOLSONARO**

RIO DE JANEIRO

2025

LETÍCIA SCHMITT FIGUEIREDO SANTOS

Do discurso à política: extrema-direita e violação de direitos humanos no Brasil de Bolsonaro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Paula Drummond

RIO DE JANEIRO

Julho de 2025

“A utopia é, provavelmente, um dispositivo social necessário para gerar esforços sobre-humanos sem os quais nenhuma grande revolução é alcançada”.

Eric Hobsbawn

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial, meus pais, a quem serei eternamente grata e que nunca mediram esforços para me proporcionarem a melhor formação, fazendo de mim uma pessoa crítica, com olhar complexo e sensível para o mundo e me permitindo ser quem sou hoje e, também à minha irmã, que construiu comigo parceria incondicional e tamanha fraternidade.

Ao Tiago, meu parceiro e amor, com quem tive a oportunidade de conhecer sentimento único e enxergar em mim força e potencial para seguir, sempre, em frente.

À professora Luciana Badin, que, desde o início da graduação, incentivou de forma incondicional a minha trajetória, reconheceu meu potencial e me abriu muitas portas.

Aos professores Maria Elena Rodriguez, Isabel Rocha e Carlos Frederico, a quem devo agradecimentos por terem realizado um dos meus maiores sonhos.

À minha orientadora Paula Drummond pelo suporte na finalização do meu projeto.

À espiritualidade, que abriu meus caminhos e serviu, nos tempos mais difíceis, como amparo e colo, permitindo que pudesse enxergar aspectos únicos da vida e, principalmente, o meu papel neste mundo.

RESUMO

Este *Policy Paper* tem por objetivo analisar os impactos da extrema-direita, no que se refere a pauta dos direitos humanos, a partir de um estudo sobre o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), investigando como suas ações e omissões comprometeram a efetivação de garantias constitucionais e a integridade das instituições democráticas. A partir da análise de políticas públicas, discursos oficiais e dados institucionais, busca-se demonstrar como o período foi marcado por retrocessos significativos no que diz respeito aos direitos humanos e ao estabelecimento de uma democracia sólida e inclusiva. Ao realizar esse percurso, o trabalho se propõe a refletir sobre os riscos estruturais que esse modelo de governança representou ao Estado de direito e à proteção dos direitos fundamentais no país. O trabalho, por fim, conta com recomendações voltadas à reconstrução institucional e à proteção de políticas comprometidas com a justiça social e os direitos humanos, com o intuito de fortalecer a democracia e evitar novos retrocessos.

PALAVRAS-CHAVE

Extrema-direita; Direitos Humanos; Jair Bolsonaro;

ABSTRACT

This Policy Paper aims to analyze the impacts of the far right on human rights, based on a study of Jair Bolsonaro's government (2019-2022), investigating how his actions and omissions have compromised the effectiveness of constitutional guarantees and the integrity of democratic institutions. By analyzing public policies, official speeches and institutional data, the aim is to demonstrate how the period was marked by significant setbacks in terms of constitutional rights and the establishment of a solid and inclusive democracy. In doing so, the paper sets out to reflect on the structural risks that this model of governance posed to the rule of law and the protection of fundamental rights in the country. Finally, the work includes recommendations aimed at institutional reconstruction and the protection of policies committed to social justice and human rights, in order to strengthen democracy and prevent further setbacks.

KEYWORDS

Far right; Human Rights; Jair Bolsonaro;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O IMPACTO DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS.....	10
3. AS POLÍTICAS DE RETROCESSO NO DIREITO INDÍGENA NO GOVERNO BOLSONARO.....	21
4. BOLSONARO E A COVID-19.....	32
5. A DEMOCRACIA EM XEQUE SOB O BRASIL DE BOLSONARO.....	42
6. CONCLUSÃO.....	45
7. RECOMENDAÇÕES.....	46
8. REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, crises econômicas, como a ocorrida em 2008, fluxos migratórios intensos e o avanço das redes sociais como ferramentas de mobilização e desinformação, criaram um ambiente propício para a ascensão de movimentos de extrema-direita em escala global (CEBRI, 2024).¹ A normalização desses grupos por políticos e pela opinião pública permitiram a incorporação de pautas e retóricas pautadas pelo revisionismo histórico, o racismo e o nativismo no debate público. Essa extrema-direita tem conquistado o poder através da mobilização de uma massa significativa e fervorosa de apoiadores, atraída por seus projetos simplórios, violentos e de responsabilização dos grupos socialmente vulnerabilizados pelos problemas da nação. Seus discursos têm atraído multidões em torno da exploração do ressentimento em relação à política tradicional para o seu projeto antidemocrático, anti-instituições republicanas, de engajamento e mobilização política e difusão dos seus simbolismos e discursos, sobretudo, através das redes sociais e da violência (MUDDE, 2022).²

Estes grupos se caracterizam por uma vertente da direita política que coloca em xeque os valores tradicionais do Estado democrático de direito e, por sua vez, questiona pautas como as eleições, a questão migratória, a ordem internacional liberal, tida como “globalista”, e os direitos humanos. Portanto, consiste numa força ultra-conservadora, racista e nativista, que rejeita a democracia na sua essência, isto é, a soberania popular e a ideia de governo da maioria e trata as desigualdades como naturais e, por isso, devem estar alheias às políticas estatais, isto é, não devem ser tratadas através de políticas públicas (MUDDE, 2022).³

Em meio a este cenário global de fortalecimento dessa direita extremada, o Brasil representou um terreno fértil após a crise política econômica de 2014, o desgaste institucional acentuado pelo processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e o aumento da desconfiança nas elites políticas tradicionais. Foi

¹ CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI). A ascensão da extrema-direita no mundo: convergências, diferenças e o papel da história. 2024. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/177/a-ascensao-da-extrema-direita-no-mundo-convergencias-diferencas-e-o-papel-da-historia>

² MUDDE, Cass. A extrema direita hoje. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

³ MUDDE, Cass. A extrema direita hoje. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

nesse contexto que Jair Bolsonaro, deputado de carreira, com histórico de declarações autoritárias e conservadoras, emergiu como uma importante liderança popular dos novos tempos. Sua política foi impulsionada por uma retórica anti-establishment, de segurança pública rigorosa e por um enorme apelo religioso. Sua eleição em 2018 não representa um movimento isolado e deve ser compreendido como parte de uma onda internacional de fortalecimento de um movimento de extrema-direita, bem como de erosão dos compromissos democráticos e direitos humanos pelo mundo.

Ao longo de sua presidência, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022); cometeu uma série de ações e omissões estatais que, por sua vez, fragilizaram os mecanismos de defesa dos Direitos Humanos, sobretudo, no que diz respeito aos indígenas, à população LGBTQIA+, às comunidades negras e periféricas; e aos defensores de direitos humanos. Sua retórica violenta, aliada à promoção de um ambiente político e social marcado pela polarização; à disseminação de discursos de ódio e políticas deliberadamente excludentes, instauraram um ambiente de insegurança para grupos historicamente vulnerabilizados. Ao mesmo tempo, fortaleceu setores conservadores, que defendem valores autoritários e antidemocráticos, erodindo as políticas públicas voltadas à proteção dos direitos humanos, e enfraqueceu as instituições democráticas.

Dessa forma, é preciso compreender a extrema-direita como um fenômeno político internacional, que faz parte do novo desenho político e, por sua vez, não deve ser minimizado ou tratado de maneira isolada. O fortalecimento das instituições democráticas tornou-se, portanto, fundamental para conter o avanço e ressurgimento dessas forças. Com isso em mente, o presente *Policy Paper* busca mapear o desmonte deliberado de estruturas e políticas públicas, voltadas à proteção dos direitos humanos realizados pelo governo Bolsonaro ao longo de seu mandato presidencial (2019-2022). Essa análise identificará como essa atuação comprometeu a eficácia institucional do Estado brasileiro em garantir estes direitos fundamentais, sobretudo, no que diz respeito às populações vulneráveis, gerando uma ameaça sistêmica à proteção dos direitos humanos. Os impactos negativos do governo em relação aos direitos humanos e seus resultados para a garantia de direitos fundamentais serão examinados a partir de dois recortes específicos: o desmonte das políticas de proteção aos direitos dos povos indígenas e a negligência

política e institucional frente a grave crise sanitária relacionada a pandemia da COVID-19. O objetivo é demonstrar como políticas públicas, relacionadas ao projeto de poder da extrema-direita, podem ser instrumentalizadas com vistas a fragilizar o sistema de proteção aos direitos fundamentais. Além disso, busca-se propor caminhos para a sua reconstituição e fortalecimento institucional, visando a prevenção de novos retrocessos.

O documento está organizado em oito seções. As três primeiras seções, tratarão, respectivamente, do contexto de surgimento da extrema-direita, o que este grupo representa e o cenário de fortalecimento de Jair Bolsonaro na conjuntura política brasileira, depois, a herança concreta de Bolsonaro para os Direitos Humanos, pensando, primeiramente, o retrocesso do governo frente aos direitos das populações indígenas. A quarta seção abordará a postura negligente da gestão Bolsonaro em relação a pandemia da Covid-19 (2020), considerando o desprezo ao direito à vida dos brasileiros diante a conjuntura de crise sanitária global. Nesta seção, a análise será focada em políticas públicas afetadas e os impactos concretos dessas decisões para os direitos humanos. A quinta seção descreverá as consequências de um governo não comprometido com os direitos humanos, como o de Jair Bolsonaro, para a sobrevivência da democracia, buscando demonstrar que direitos humanos e democracia andam juntos e é necessária uma análise a respeito do impacto dos ataques aos direitos humanos e de que forma isso afeta a democracia e as suas instituições. Por último, nas últimas seções, serão propostas conclusões e recomendações de políticas públicas voltadas a reverter os danos causados aos direitos humanos por Bolsonaro e fortalecer a resiliência institucional frente a possíveis retrocessos futuros.

2. O IMPACTO DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

A Constituição Federal de 1988 representou uma verdadeira ruptura com o regime autoritário civil-militar (1964-1985) e inaugurou um novo paradigma de cidadania no Brasil. Conhecida como “Constituição Cidadã”, ela estabeleceu um conjunto de direitos e garantias fundamentais, entre eles a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a liberdade, a proteção aos grupos vulneráveis e o direito à saúde (art. 196). Esses princípios orientam a formação de políticas públicas e estão

alinhados aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil em matéria de direitos humanos. Antes do governo Bolsonaro, o Estado brasileiro desenvolvia mecanismos institucionais voltados à proteção dos direitos humanos, como conselhos participativos, por exemplo, o Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), isto é, políticas afirmativas para populações LGBTQIA+, indígenas e negras, além de marcos legais e orçamentários que sustentavam programas sociais de combate à pobreza.

Diante desse contexto, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou um retrocesso profundo no curso dos direitos humanos no Brasil. Após décadas de edificação constitucional, com início no processo de redemocratização e intensificada a partir da Constituição de 1988, a qual estabeleceu os direitos humanos como princípio fundamental do Estado Brasileiro, os avanços no que diz respeito a esses direitos, pareceram retroceder, na medida em que a extrema-direita avançava no país.

Desde a sua campanha, Bolsonaro fez da retórica antipolítica e anti-institucional uma de suas principais marcas, atacando movimentos sociais, ONGs, defensores de direitos humanos e mecanismos de participação popular, como conselhos e fóruns sociais. O governo Bolsonaro adotou um discurso abertamente hostil a essa agenda, tratando os direitos humanos como “ideologia” e criminalizando seus defensores. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2021).⁴ O próprio presidente, em suas redes sociais, por exemplo, chamou os direitos humanos de “esterco da vagabundagem”, deslegitimando a importância desses direitos para a humanidade. (CONGRESSO EM FOCO, 2017).⁵ Dessa forma, como veremos a seguir, Bolsonaro reproduziu essa lógica excludente na prática institucional, promovendo a desarticulação de políticas voltadas a grupos historicamente marginalizados, como indígenas, a população negra e LGBTQIA+.

⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. Discurso da administração de Bolsonaro contra os direitos humanos começa a se concretizar em medidas nos primeiros meses de governo, afirma Anistia Internacional. 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/AMR1904372019PORTUGUESE.pdf>

⁵ CONGRESSO EM FOCO. Em meio à polêmica do Enem, Bolsonaro chama direitos humanos de "esterco da vagabundagem". 5 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/29040/direitos-humanos-e-%e2%80%9cesterco-da-vagabundagem-%e2%80%9d-diz-bolsonaro>

a militarização de órgãos civis e a extinção de conselhos de participação social, como o CONANDA e o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), o que indica um padrão sistemático de deslegitimação das instituições que visam a garantir os direitos humanos. Sob o governo Bolsonaro (2019-2022), o país passou por um período marcado pela descontinuidade programática, pela deslegitimação institucional e pela hostilidade em relação às agendas sociais, representando o fim de um ciclo de avanço gradual no que diz respeito à proteção de minorias sociais e ao fortalecimento de políticas sociais. A gestão de Bolsonaro, portanto, trouxe consigo uma lógica de confrontação ideológica e de enfraquecimento deliberado do aparato do Estado, antes voltado à promoção dos direitos fundamentais.

Além disso, Bolsonaro normalizou discursos de ataques aos direitos humanos, por muito, presentes em suas próprias declarações públicas, como a “esquerdização” do Estado, “a ideologia de gênero” ou o “politicamente correto” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2025).⁶ Bolsonaro frequentemente utilizou uma linguagem antidemocrática, exaltando o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), elogiando torturadores, como Coronel Ustra, e sugerindo que poderia haver ruptura institucional (BRASIL DE FATO, 2021).⁷ Além disso, o ex-presidente participou e incentivou protestos que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do STF, além da intervenção militar. Essa retórica, somada às manifestações de Jair Bolsonaro, reforçaram discursos golpistas e colocaram em risco a estabilidade democrática. (CARTA CAPITAL, 2025).⁸

Discursos como “bandido bom é bandido morto”, bastante reiterado durante o seu governo, fez legitimar a lógica de extermínio e encorajando ações violentas das forças de segurança, contribuindo para o aumento de operações policiais letais,

⁶ ANISTIA INTERNACIONAL. Bolsonaro colocou em prática discurso contra os direitos humanos, diz Anistia Internacional. O Globo, 27 fev. 2020. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-colocou-em-pratica-discurso-contra-os-direitos-humanos-diz-anistia-internacional-1-24274706>

⁷ BRASIL DE FATO. Relembre 7 vezes em que o governo Bolsonaro se espelhou no Brasil da ditadura militar. 31 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/relembre-7-vezes-em-que-o-governo-bolsonaro-se-espelhou-no-brasil-da-ditadura-militar/>

⁸ CARTA CAPITAL. De incentivador de golpista a réu: o inferno de Bolsonaro em 838 dias. 26 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/de-incentivador-de-golpistas-a-reu-o-inferno-de-bolsonaro-em-838-dias/>

especialmente em favelas e periferias. Isso fez com que, durante o mandato de Bolsonaro, o número de mortes causadas por policiais batesse recordes em estados como Rio de Janeiro e Bahia, além do enfraquecimento de mecanismos e controle e fiscalização sobre abusos de autoridade (AGÊNCIA BRASIL, 2023).⁹ Além disso, Bolsonaro e seus aliados frequentemente classificaram movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), como “organizações terroristas”, ou quando dizia que desejava colocar “um ponto final” em todos os ativismos do Brasil, e defendiam o uso da força para impedir suas ações. Isso serviu para incentivar a repressão policial e judicial contra lideranças populares. (NEXO, 2019).¹⁰

É fato que essa postura do governo além de minar a credibilidade das instituições da democracia brasileira, legitimou práticas violentas e excludentes, também, por parte dos agentes do Estado, evidenciado pelo aumento dos índices de violência policial e pela retórica de confronto aos movimentos sociais, ambientalistas e defensores de direitos humanos. Ao promover uma retórica que normaliza a violência institucional, o autoritarismo, legitima a brutalidade policial e marginaliza as vozes críticas, o governo de Bolsonaro enfraqueceu os pilares fundamentais do Estado de Direito e comprometeu valores sociais, como justiça, democracia e pluralidade. Bolsonaro contribuiu para a legitimação de uma cultura de violência de Estado, muitas vezes fora dos marcos legais, como por exemplo, quando parabenizou operações policiais letais. (FBSP, 2022).¹¹ Além disso, o discurso de enfrentamento à “ameaça comunista” ou a uma suposta “inversão de valores” serviu como justificativa para perseguições, especialmente contra defensores de direitos humanos, ONGs, lideranças indígenas e ambientais. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022).¹² Isso marcou um grave retrocesso no que diz

⁹ AGÊNCIA BRASIL. Relatório aponta aumento da violência policial e ataques à democracia. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-da-violencia-policial-e-ataques-democracia>

¹⁰ NEXO. Os movimentos sociais e o ativismo no governo Bolsonaro. 30 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/os-movimentos-sociais-e-o-ativismo-no-governo-bolsonaro>

¹¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>

¹² HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2022: Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/brazil>

respeito à democracia brasileira e ao avanço dos direitos sociais e humanos no Brasil, tendo em vista que, desde o início do mandato

Do ponto de vista estrutural, o governo Bolsonaro realizou desmontes institucionais, redução de orçamentos de políticas sociais consideradas básicas (AGÊNCIA BRASIL, 2023)¹³ e a militarização de órgãos civis. A título de exemplo, o governo Bolsonaro promoveu sucessivos cortes no orçamento da educação, como verificado no ano de 2019, quando o Ministério da Educação anunciou um bloqueio de 30% nas verbas discricionárias das universidades e institutos federais, afetando diretamente bolsas de pesquisa, assistência estudantil e a manutenção das instituições (UFGC, 2019).¹⁴ Outro caso diz respeito a extinção CONSEA no início do mandato (CASTRO, 2019)¹⁵ e promoveu cortes no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA), o que dificultou o acesso à alimentação básica pelas populações mais vulneráveis (BRASIL DE FATO, 2022).¹⁶ No que diz respeito à militarização de órgãos civis, órgãos ambientais, como IBAMA e ICMBio, foram militarizados com nomeação de oficiais das Forças Armadas para cargos de diligência (BRASIL DE FATO, 2022).¹⁷ Outro exemplo foi quando a secretaria de Comunicação (SECOM) foi ocupada por militares e pessoas com vínculos com as Forças Armadas, e adotou práticas de comunicação governamental ideologizadas, distantes da impessoalidade exigida na administração pública.

¹³ AGÊNCIA BRASIL. Inesc aponta esvaziamento de verbas da área social na gestão Bolsonaro. 27 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/inesc-aponta-esvaziamento-de-verbas-da-area-social-na-gestao-bolsonaro>.

¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais. 2 mai. 2019. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/em-dia/641-mec-diz-que-bloqueio-de-30-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.html>

¹⁵ CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de segurança e nutrição. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n 4, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/CH3GmJVXnMRTRH89bL6LZVz/?format=pdf&lang=pt>

¹⁶ BRASIL DE FATO. Abandonada no governo Bolsonaro, agricultura familiar resiste a desmontes de políticas públicas. 18 out. 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/colunista/articulacao-nacional-de-agroecologia/2022/10/18/abandonada-no-governo-bolsonaro-agricultura-familiar-resiste-a-desmontes-de-politicas-publicas/>

¹⁷ BRASIL DE FATO. Bolsonaro transfere para militares decisão sobre fiscalizações ambientais na Amazônia. 7 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/07/bolsonaro-transfere-para-militares-decisao-sobre-fiscalizacoes-ambientais-na-amazonia/>

(FOLHA DE S. PAULO, 2021).¹⁸ A militarização desses órgãos esteve diretamente ligada à subversão de lógicas democráticas e ao enfraquecimento da administração pública civil e de direitos sociais. Na prática, isso representou uma mudança estrutural na forma de condução da política pública e no próprio sentido do Estado democrático de direito. Ao transferir funções civis para militares, o governo instaurou uma lógica hierárquica, autoritária e tecnicamente desqualificada nos espaços que deveriam operar com base em princípios como participação social, pluralismo, transparência e expertise técnica. Dessa forma, o resultado foi a ineficiência administrativa, uma vez que muitos militares nomeados não tinham conhecimento específico das áreas que passaram a comandar, a erosão da confiança nos princípios da administração civil, com o esvaziamento de servidores de carreira e o enfraquecimento de conselhos administrativos e a desconstrução de uma cultura de direitos construída desde a redemocratização. Além disso, Bolsonaro corroborou para distorcer o papel constitucional das Forças Armadas, que são previstas para atuar em situações de defesa da pátria, não na gestão cotidiana do Estado, gerando um deslocamento do centro de decisão para círculos de lealdade pessoal do presidente.

Em paralelo, o enfraquecimento da fiscalização ambiental, sobretudo, na Amazônia, contribuiu para o aumento do desmatamento e das queimadas (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2022).¹⁹ Este fato foi considerado uma das principais expressões do seu projeto de desregulamentação das políticas socioambientais e de favorecimento explícito a interesses de setores como o do agronegócio, da mineração e da grilagem de terras públicas. Isso se deu por meio de cortes orçamentários, da paralisação e intimidação de órgãos de controle e flexibilização normativa. Em primeiro lugar, desde o início do mandato, o governo Bolsonaro promoveu drásticos cortes orçamentários em instituições como IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgãos

¹⁸ FOLHA DE S. Paulo. Bolsonaro decide trocar comando da Secretaria de Comunicação da Presidência e deve entrega-la a militar. 25 fev. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/bolsonaro-decide-trocar-comando-da-secretaria-de-comunicacao-e-deve-entrega-la-a-militar.shtml>

¹⁹ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Como Bolsonaro desmontou a fiscalização ambiental. 12-09-2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/622143-como-bolsonaro-desmontou-a-fiscalizacao-ambiental>

responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, emissão de multas, embargo de áreas ilegais e proteção de unidades de conservação. O orçamento do Ministério do Meio Ambiente caiu cerca de 25% entre 2019 e 2021, e os gastos efetivos com fiscalização ambiental chegaram a níveis historicamente baixos, mesmo diante do aumento do desmatamento (INESC, 2021).²⁰

Em segundo lugar, sob o comando de Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, o governo interveio diretamente no trabalho dos fiscais. Em 2020, Salles ficou conhecido por sua fala na reunião ministerial de abril, em que sugeriu “passar a boiada”, isto é, aproveitar a distração da opinião pública com a pandemia do COVID-19 para flexibilizar normas ambientais (EL PAÍS, 2020).²¹ O governo também exonerou e transferiu servidores que atuavam em operações de fiscalização, inclusive em ações contra garimpo ilegal e desmatamento na Amazônia. Em vez disso, passou a militarizar a fiscalização, subordinando-a ao Exército e à Vice-Presidência da República por meio da GLO (Garantia da Lei e da Ordem), isto é, um instrumento constitucional que permite o uso das Forças Armadas para ações internas de segurança pública, em caráter excepcional. Ao transferir a coordenação das ações ambientais do IBAMA e do ICMBio para os militares, o governo enfraqueceu os órgãos civis especializados, reduzindo sua autonomia técnica e operacional. Esse processo de militarização da política ambiental gerou ineficiências e dificultou o combate ao desmatamento e à extração ilegal de recursos naturais na Amazônia (G1, 2021).²²

Por último, o governo Bolsonaro apresentou uma verdadeira campanha de afrouxamento das normas ambientais, a partir da revogação ou enfraquecimento de resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), a redução da aplicação de multas por infrações ambientais e a tentativa de legalizar atividades ilegais, como o garimpo em terras indígenas. Em 2020, por exemplo, o número de multas aplicadas por desmatamento ilegal caiu mais de 20% em relação ao ano

²⁰ INESC. A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>

²¹ EL PAÍS. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. 22 mai, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>

²² G1. Governo autoriza operação militar para combater crimes ambientais na Amazônia. 28 jun, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/06/28/governo-autoriza-operacao-militar-para-combater-crimes-ambientais-na-amazonia.ghtml>

anterior, mesmo com o aumento do desmatamento na Amazônia (CEDEFES, 2021).²³ Portanto, o resultado dessa política foi o avanço descontrolado de atividades ilegais em regiões como a floresta Amazônica, o Pantanal e outros biomas brasileiros, com impactos diretos sobre os povos indígenas, comunidades tradicionais e a biodiversidade (CARTA CAPITAL, 2022).²⁴ O Brasil passou a ser criticado internacionalmente por sua omissão no combate ao desmatamento, o que afetou a imagem do país frente ao internacional, colocando-o na posição de um país que desrespeita acordos sobre clima e meio ambiente e corrobora para a degradação ambiental (NASCIMENTO; TORRES, 2022).²⁵

No campo institucional, o governo adotou uma postura de confronto com as instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro protagonizou embates constantes com o STF, sobretudo, quando decisões da Corte contrariavam seus próprios interesses ou os de seus aliados. Em diversas ocasiões, deslegitimou publicamente ministros do STF, como Alexandre de Moraes, e chegou a participar de manifestações com pautas golpistas, pedindo o fechamento da Corte (CNN BRASIL, 2021).²⁶ Outro exemplo foi quando o ex-presidente foi acusado de tentar intervir politicamente na Polícia Federal, especialmente em casos que envolviam seus filhos ou aliados, o que resultou na saída do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, que denunciou a tentativa de interferência como um atentado à autonomia das instituições de investigação (EL PAÍS, 2020).²⁷

Como parte de seu projeto político, Bolsonaro extinguiu ou paralisou conselhos e programas voltados à promoção dos direitos LGBTQIA+, como o

²³ Cedefes. Multas ambientais caíram 20% em 2020, ano de alta no desmatamento. 13 jan, 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/multas-ambientais-cairam-20-em-2020-ano-de-alta-no-desmatamento/>

²⁴ CARTA CAPITAL. No governo Bolsonaro, desmatamento aumentou em todos os biomas, diz estudo... 18 jul, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/no-governo-bolsonaro-desmatamento-aumentou-em-todos-os-biomas-diz-estudo/>

²⁵ NASCIMENTO, Victor de Matos; TORRES, Mariana Ferreira. O Brasil de Bolsonaro no regime internacional sobre a mudança do clima: um caminho sem volta? Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 11, n 3, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/02+-+BJIR+-+12468+-+final.pdf>

²⁶ CNN BRASIL. Linha do tempo: a escalada da tensão entre STF e Bolsonaro em um mês. 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/linha-do-tempo-a-escalada-da-tensao-entre-stf-e-bolsonaro-em-um-mes/>

²⁷ EL PAÍS. Sergio Moro acusa Bolsonaro de interferência política na PF e deixa Governo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-deixa-governo.html>

Conselho Nacional de Combate à Discriminação (IPEA, 2019).²⁸ Também houve tentativas de censurar campanhas educativas sobre diversidade de gênero e orientação sexual em escolas e materiais do governo (BRASIL DE FATO, 2022).²⁹ Além disso, Bolsonaro e membros de seu governo frequentemente associaram defensores de direitos humanos a “bandidos”, “comunistas” ou “ameaças ideológicas”, descredibilizando seu trabalho. Esse comportamento afetou diretamente ativistas, ONGs e lideranças comunitárias, que passaram a ser alvos de campanhas de difamação e ameaças (CARTA CAPITAL, 2023).³⁰ Em termos de descontinuidade programática, o governo Bolsonaro promoveu o desmonte de diversas políticas públicas de caráter social. Programas consolidados, como Bolsa Família, foram desestruturados e substituídos por iniciativas com menor alcance e instabilidade orçamentária, como o Auxílio Brasil, marcado por critérios de elegibilidade menos claros e uso eleitoral (BRASIL DE FATO, 2021).³¹

Assim, verificamos que o impacto do governo Bolsonaro está expresso, em primeiro lugar, na consolidação de um governo que não somente ignorou a centralidade dos direitos humanos na democracia, mas os tinha como entraves ideológicos, ou mesmo, privilégios de determinados grupos. Em segundo lugar, no plano institucional, a partir da reconfiguração de conselhos, ministérios e programas associados à promoção dos direitos sociais, civis e ambientais. Ademais, esse período foi bastante marcado por um isolamento internacional, isto é, por parte do Brasil frente aos órgãos internacionais e aos compromissos multilaterais, de maneira a tornar frágil a imagem e o papel do Brasil como promotor global de direitos humanos (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, 2019).³² Isso foi resultado de

²⁸ IPEA. Extinção dos conselhos afeta participação social nas políticas públicas. 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/163-noticias-destaques-pequeno/1816-extincao-conselhos-politicas-publicas>

²⁹ BRASIL DE FATO. Organização internacional denuncia ataque contra educação sexual no Brasil. 12 mai. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/12/organizacao-internacional-denuncia-ataque-contra-educacao-sexual-no-brasil/>

³⁰ CARTA CAPITAL. Brasil registrou 1,1 mil casos de violência contra defensores dos direitos humanos durante governo Bolsonaro. 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-registrou-mais-de-11-mil-casos-de-violencia-contra-defensores-dos-direitos-humanos-durante-governo-bolsonaro/>

³¹ BRASIL DE FATO. A destruição do Bolsa Família é o estado mínimo para os pobres. 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/milton-alves/2021/11/03/a-destruicao-do-bolsa-familia-e-o-estado-minimo-para-os-pobres/>

³² SINDICATO DOS BANCÁRIOS. Brasil está virando pária internacional nos direitos humanos, afirma ex-ministro. 09 dez. 2019. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/12/2019/brasil-esta-virando-paria-internacional-nos-direitos-humanos-afirma-ex-ministro>

uma política externa ideológica, confrontadora e desalinhada com os princípios tradicionais da diplomacia brasileira, a exemplo da subordinação da política externa a interesses ideológicos, em especial, a aproximação com governos de extrema-direita, como de Orbán na Hungria e José Antonio Kast no Chile (NEXO, 2022)³³, e o alinhamento incondicional aos Estados Unidos de Donald Trump, em paralelo com o discurso anti-China (HIRST; MACIEL, 2020).³⁴

Tal movimento, teve implicações diretas na capacidade de resposta do Brasil às crises sociais e sanitárias e ainda aprofundou a desunião entre o Estado e os marcos normativos internacionais dos quais o país é signatário. A exemplo, tivemos o descuido em relação às metas estabelecidas pelo Acordo de Paris, ao contribuir para o aumento drástico do desmatamento na Amazônia, fazendo reduzir a fiscalização ambiental e incentivando atividades ilegais em áreas protegidas (FOLHA DE S. PAULO, 2024)³⁵, ou quando negou a gravidade das mudanças climáticas e atacou ONGs ambientais (DIPLOMATIQUE, 2021).³⁶ O país que tradicionalmente atuava como promotor de consensos multilaterais sobre temas relacionados à igualdade, combate ao racismo e proteção ambiental, foi deteriorado à imagem externa de “pária” internacional.

No que diz respeito aos direitos humanos, como veremos na seção seguinte, houve ataques sistemáticos a comunidades indígenas, com o enfraquecimento de órgãos como a FUNAI, como as nomeações políticas e sem experiência, a exemplo de Marcelo Xavier, delegado da Polícia Federal (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2022)³⁷, próximo à bancada ruralista e a flexibilização de normas ambientais, a partir da redução da fiscalização ambiental e as tentativas de legalização das

³³ NEXO. Líderes da extrema direita global declaram apoio a Bolsonaro. 1 out. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/10/01/lideres-da-extrema-direita-global-declaram-apoio-a-bolsonaro>

³⁴ HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. SciELO Preprints, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/version/5058>

³⁵ FOLHA DE S. PAULO. Brasil elevou emissões de carbono e, neste ritmo, descumprirá sua parte no Acordo de Paris, diz estudo. 5 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/brasil-elevou-emissoes-de-carbono-e-neste-ritmo-descumprira-sua-parte-no-acordo-de-paris-diz-estudo.shtml>

³⁶ DIPLOMATIQUE. A negação climática do governo de Jair Bolsonaro. 11 ago. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-negacao-climatica-do-governo-de-jair-bolsonaro/>

³⁷ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Fique sabendo: dossiê revela como ‘nova Funai’ virou órgão anti-indígena. 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/fique-sabendo-dossie-revela-como-nova-funai-virou-orgao-anti-indigena>

atividades ilegais, o que intensificou invasões de terras e conflitos fundiários (O GLOBO, 2021).³⁸ Essas escolhas políticas tiveram impactos profundos para a proteção dos direitos dos povos indígenas e para o cumprimento das funções constitucionais do órgão. A FUNAI, tradicionalmente encarregada de proteger os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, sofreu uma série de intervenções políticas, cortes orçamentários, mudanças administrativas e aparelhamento ideológico que comprometeram sua autonomia e capacidade de atuação (CLIMAINFO, 2022).³⁹ Além disso, o discurso oficial, bastante pautado pelo desenvolvimento a qualquer custo, somado à deslegitimação de órgãos de fiscalização e controle, abriu caminho para o avanço descontrolado de atividades ilegais, como o garimpo, o desmatamento e a grilagem de terras, sobretudo dentro de terras indígenas (Cimi, 2022).⁴⁰ De um lado, houve tentativas de alterar marcos legais ambientais através de projetos como o PL 191/2020, que visava permitir a mineração em terras indígenas, contrariando o artigo 231 da Constituição de 1988 e os tratados internacionais, dos quais Brasil é signatário, como a Convenção 169 da OIT. De outro, houve o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental, como vimos, o IBAMA e ICMBio, que sofreram cortes de orçamento, perseguição a técnicos e substituição de chefias por militares ou pessoas alinhadas ideologicamente ao governo. O resultado disso foi um crescimento expressivo das invasões a territórios indígenas e da destruição ambiental. As invasões não foram isoladas, mas vinham acompanhadas de desmatamento ilegal, garimpo, pesca e caça predatórias, grilagem de terras e instalação e loteamentos e empreendimentos agropecuários. (INFOAMAZONIA, 2022).⁴¹ Em muitos casos, as lideranças indígenas que denunciavam os crimes que denunciavam os crimes foram alvo de ameaças ou assassinatos, como ocorreu com o cacique Emyra Wajãpi, em 2019 (EL

³⁸ O GLOBO. MPF: Política indigenista de Bolsonaro tem 'violações sem precedentes na ordem institucional. 17/04/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mpf-politica-indigenista-de-bolsonaro-tem-violacoes-sem-precedentes-na-ordem-institucional-24976324>

³⁹ CLIMAINFO. O desmonte da FUNAI. 20 jun, 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/06/20/o-desmonte-da-funai/>

⁴⁰ CIMI. Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil - 2021. Brasília 2022.

⁴¹ INFOAMAZONIA. Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento. 30 out, 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/25/bolsonaro-cortou-orcamento-do-ibama-icmbio-e-inpe-orgaos-chave-para-combate-ao-desmatamento/>

PAÍS, 2019).⁴² Como veremos, a devastação das terras indígenas não foi um efeito colateral da ausência de Estado, mas parte de uma política sistemática de desestruturação dos mecanismos de proteção territorial, que combinou omissão, retórica hostil e incentivo à exploração econômica, comprometendo a soberania indígena, a integridade dos ecossistemas e o cumprimento de compromissos internacionais por parte do Brasil.

Isto posto, fica claro, portanto, que o impacto do governo de Jair Bolsonaro sobre os direitos humanos se trata, sobretudo, de uma verdadeira reconfiguração do papel do Estado perante a questão, uma vez que o Estado, agora, passa a ser o agente de violação e omissão. A seguir, veremos como estas políticas impactaram os direitos humanos, evidenciando, em particular, o retrocesso institucional imposto pelo governo em duas frentes específicas: os direitos dos indígenas e a crise sanitária acarretada pela pandemia do COVID-19.

3. AS POLÍTICAS DE RETROCESSO NO DIREITO INDÍGENA NO GOVERNO BOLSONARO

A Constituição Federal de 1988 consiste num verdadeiro marco histórico na proteção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, ao reconhecer sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além de assegurar o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas (art. 231). Este reconhecimento tem sua relevância, uma vez que rompeu com a lógica assimilacionista anterior de políticas indigenistas adotada durante o regime civil-militar e mesmo antes dele, cujo objetivo era o de integrar os povos indígenas à sociedade nacional, negando sua identidade e incentivando o abandono de suas línguas, culturas e modos de vida. Assim, consolidou-se um novo paradigma de respeito à diversidade étnico-cultural. No plano internacional, o Brasil também assumiu compromissos relevantes, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito à consulta livre, prévia e informada sobre quaisquer medidas que impactem os povos indígenas. Além disso, o país é signatário da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), a qual reforça a autodeterminação, a proteção dos territórios e a preservação dos modos de vida

⁴² EL PAÍS. Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro. 28 jul, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247_225765.html

tradicionais desses povos. Esses instrumentos jurídicos formam um arcabouço normativo que obriga o Estado brasileiro a garantir políticas de proteção, consulta e participação dos povos indígenas em decisões que afetem seus direitos.

Apesar de todos esses avanços no que diz respeito do papel do Estado na proteção e garantia dos direitos indígenas, o governo Bolsonaro representou uma verdadeira contramão a estes esforços. Desde o início do mandato, Bolsonaro se posicionava de maneira bastante hostil no que se refere às comunidades indígenas, de forma a tratar suas terras e direitos como obstáculos ao desenvolvimento econômico nacional. Já na sua campanha eleitoral, Bolsonaro deixou clara a sua oposição à demarcação de terras, afirmando que “não demarcaria um centímetro a mais para terras indígenas” (O GLOBO, 2018).⁴³ Essa retórica se traduziu em ações concretas, tendo em vista que, durante todo o seu mandato, nenhuma terra indígena foi homologada, o que paralisou um processo essencial à proteção territorial desses povos. A homologação consiste na última etapa do processo legal de demarcação e terras indígenas e depende de decreto presidencial. A ausência total de homologações durante seu mandato expressa, de forma contundente, uma política deliberada de paralisação institucional dos direitos dos povos indígenas. Isso tornou Bolsonaro o único presidente, desde a promulgação da Constituição de 1988, a não reconhecer formalmente nenhum território tradicional indígena. O impacto disso foi o aumento de invasões, do desmatamento e da violência em terras indígenas não regularizadas, somado à insegurança jurídica para os povos indígenas (CIMI, 2023)⁴⁴, além do desrespeito aos tratados internacionais, como a Convenção 169 da OIT, a qual prevê o direito dos povos indígenas à terra e à consulta prévia sobre medidas que os afetem, e da qual Brasil é signatário

O discurso oficial buscou deslegitimar os modos de vida indígenas, sugerindo que deveriam “integrar à sociedade” e explorar economicamente suas terras, em contrariedade ao direito à autodeterminação (SURVIVAL BRASIL, 2021).⁴⁵ Em paralelo, a tentativa de desmobilização política dos povos indígenas

⁴³ O GLOBO. “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena”, diz Bolsonaro. 12 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>

⁴⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>

⁴⁵ SURVIVAL BRASIL. O que Jair Bolsonaro disse sobre os povos indígenas do Brasil. 2021. Disponível em: <https://survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>

foi acompanhada do fortalecimento de lideranças indígenas cooptadas pelo governo, que defendiam o “empreendedorismo indígena”, uma narrativa voltada à flexibilização dos usos tradicionais das terras em favor da integração ao mercado capitalista (G1, 2020).⁴⁶ Esse modelo de desenvolvimento proposto pelo bolsonarismo, portanto, acabou por excluir visões alternativas de relação com a terra e os bens naturais, de forma a desrespeitar a autodeterminação dos povos indígenas e colocando seus territórios em constante risco. Ao tratar os direitos originários como entraves ao progresso, o governo minou as bases legais e éticas de proteção socioambiental no Brasil, comprometendo não apenas os povos originários, como também os compromissos internacionais do país com o desenvolvimento sustentável (RUFINO, 2024).⁴⁷

Com isso, o governo Bolsonaro não apenas negligenciou suas obrigações legais, como contribuiu, de forma ativa, para o avanço de práticas que colocaram em risco a integridade física, cultural e territorial dos povos indígenas no Brasil, a exemplo do incentivo às atividades ilegais em suas terras, como o garimpo e o desmatamento. Assim, este quadro acarretou em uma série de retrocessos, institucionais e práticos, que significaram verdadeiros riscos à integridade física, cultural e territorial desses povos. Como veremos, a paralisação das demarcações de terras, o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e a escalada da violência em territórios indígenas fizeram desta uma das fases mais críticas da política indigenista no Brasil em décadas.

Levando em consideração que, desde o início o governo sempre adotou uma retórica de ataque aos direitos indígenas, em paralelo, o desmonte institucional foi bastante evidente durante o mandato de Bolsonaro. O Ministério dos Direitos Humanos e, também, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foram esvaziados ou, mesmo, submetidos a lideranças que estiveram alinhadas com as pautas conservadoras do presidente Bolsonaro, isto é, muitas delas contrárias à própria missão dessas instituições, como os ex-presidentes da FUNAI, Franlimberg Ribeiro

⁴⁶ G1. Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós', diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. 24 jan, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>

⁴⁷ RUFINO, Marcos Pereira. Ciladas da igualdade: notas sobre a política indigenista no governo Bolsonaro. Revista Antropológicas, Recife, v. 35, n. 1, p. 1-26, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaantropologicas/article/view/257601/49279>

de Freitas (janeiro de 2019 a junho de 2019) Marcelo Xavier da Silva (julho de 2019 a dezembro de 2022) e Ricardo Lopes Dias, nomeado em 2020 para a Coordenação-Geral de Índios Isolados (BRASIL DE FATO, 2022).⁴⁸ O desmonte da FUNAI representou uma das principais frentes da política anti-indigenista deste governo, marcando uma verdadeira ruptura com os marcos constitucionais internacionais de proteção aos povos indígenas. Já no primeiro dia de governo, por meio da Medida Provisória n° 870/2019, Bolsonaro transferiu da FUNAI para o Ministério da Agricultura, historicamente ligado a interesses do agronegócio, a competência de demarcar terras indígenas, sinalizando a tentativa de subordinar os direitos originários a lógica produtivista. Apesar de essa medida ter sido revertida pelo Congresso, o processo de enfraquecimento institucional seguiu com a nomeação de militares e servidores sem experiência na causa indígena para cargos estratégicos, além da paralização de processos de demarcação de terras já homologadas. O que se observou foi um movimento de esvaziamento sistemático da FUNAI, durante o governo Bolsonaro, por meio de medidas administrativas, cortes orçamentários e nomeações políticas que desvirtuaram sua função. Como interpretado por alguns analistas, a FUNAI passou a atuar contra os próprios interesses indígenas, afastando-se de sua missão original e sendo instrumentalizada por uma agenda assimilacionista (OLIVEIRA, 2020).⁴⁹ Um exemplo emblemático foi a nomeação de Marcelo Xavier, um delegado da Polícia Federal, ligado à bancada ruralista, para a presidência da fundação. Sob sua gestão, a FUNAI passou a atuar contra os interesses indígenas, incluindo a emissão de pareceres jurídicos que dificultavam a demarcação de terras e o apoio a teses revisionistas, como o “marco temporal”, que restringe o direito territorial indígena à ocupação em 1988 (INESC, 2023).⁵⁰ Durante seu mandato, houve uma verdadeira inversão da lógica institucional da FUNAI, isto é, de promotora e garantidora dos direitos indígenas, passou a adotar medidas que facilitavam a regularização fundiária de áreas reivindicadas por invasores, como a Instrução Normativa n° 9/2020, que permitia registrar

⁴⁸ BRASIL DE FATO. Dossiê inédito revela como Bolsonaro transformou a Funai em um órgão anti-indígena. 19 jun, 2022.

⁴⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. A política indigenista no governo Bolsonaro: ofensiva conservadora e resistência. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n.103, 2020. Disponível em:

⁵⁰ INESC. “Funai se transformou em Fundação Anti-indígena”, alerta dossiê sobre a atuação do órgão no governo Bolsonaro. 14 mar. 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/funai-se-transformou-em-fundacao-anti-indigena-alerta-dossie-sobre-a-atuacao-do-orgao-no-governo-bolsonaro/>

propriedades privadas em terras indígenas não homologadas (APIB, 2020).⁵¹ Essa atuação denunciada por entidades como o MPF, a APIB e a ONU por colocar comunidades em risco e fragilizar a proteção territorial. Marcelo Xavier também foi alvo de acusações de perseguição a servidores, criminalização de lideranças indígenas e omissão diante do avanço de atividades ilegais em terras.

Ademais, a fundação foi progressivamente retirada de processos decisórios importantes. Logo no início do governo, a atribuição da demarcação de terras indígenas foi transferida para o Ministério da Agricultura, embora a mudança tenha sido revertida pelo Congresso, sinalizando uma tentativa de subordinar os direitos indígenas aos interesses do agronegócio (SENADO, 2019).⁵² A FUNAI também não atuou diante do avanço de garimpeiros e grileiros em terras indígenas, inclusive, omitiu-se durante a crise humanitária na Terra Yanomami (AGÊNCIA PÚBLICA, 2023).⁵³ Isso quer dizer que, em vez de coordenar ações de proteção ou pressionar por fiscalizações, a FUNAI frequentemente se calava ou deslegitimava denúncias feitas por organizações indígenas e indigenistas. Em diversos episódios, servidores de carreira denunciaram internamente a negligência do órgão diante do avanço de atividades ilegais, sendo muitas vezes silenciados ou exonerados. A omissão da FUNAI contribuiu diretamente para o agravamento da crise humanitária em várias regiões, resultando em mortes por desnutrição, doenças evitáveis, contaminação por mercúrio e conflitos armados com invasores (APIB, 2021).⁵⁴ A ausência deliberada da FUNAI consolidou um cenário de impunidade e permissividade institucional, legitimando a ocupação ilegal das terras indígenas e rompendo com o dever constitucional do Estado de garantir a integridade física,

⁵¹ APIB. Nota Técnica: a Instrução Normativa da Funai nº 09/2020 e a gestão de interesses em torno da posse de terras públicas. 28, abr. 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/04/28/nota-tecnica-a-instrucao-normativa-da-funai-no-092020-e-a-gestao-de-interesses-em-torno-da-posse-de-terras-publicas/>

⁵² SENADO NOTÍCIAS. MP volta a transferir demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/mp-volta-a-transferir-demarcacao-de-terras-indigenas-para-o-ministerio-da-agricultura>

⁵³ AGÊNCIA PÚBLICA. Baixo orçamento, culpa terceirizada: como a Funai de Bolsonaro respondia à crise Yanomami. 15 mai. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/baixo-orcamento-culpa-terceirizada-como-a-funai-de-bolsonaro-respondia-a-crise-yanomami/>

⁵⁴ ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos Indígenas do Brasil. Brasília: Apib; Indigenous Peoples Rights International (IPRI), 2021. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf

territorial e cultural dos povos indígenas. Essa mudança institucional contribuiu diretamente para o enfraquecimento da proteção aos territórios tradicionais e abriu espaço para medidas como o Projeto de Lei 191/2020, que tinha como objetivo regulamentar a mineração, o garimpo e outras atividades econômicas indígenas, mesmo em áreas de povos isolados (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).⁵⁵ Apesar da tentativa, esta prática foi vedada pela Constituição e por convenções internacionais, como a Convenção 169 da OIT. A proposta, mesmo sem aprovação final, produziu efeitos práticos e incentivou uma onda de invasões ilegais.

Como demonstra o relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), lançado em 26/03/2023, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro representou um retrocesso na proteção e na garantia de direitos da população indígena no país. Um total de 867 casos de omissão e demora na regularização de terras indígenas em 2022 foi identificado, o que acabou por ampliar as disputas por territórios, bem como, fez explodir casos de conflitos em terras indígenas neste mesmo ano, contando com 158 casos registrados. (CIMI, 2019).⁵⁶ Ademais, as invasões de terras indígenas também foram recordes, com 309 em 2022, em pelo menos 218 terras indígenas de 25 estados do país, e 1.133 em todo o governo Bolsonaro. Essa postura por parte do governo teve impactos concretos e devastadores sobre os povos originários. (CIMI, 2019).⁵⁷ Na prática, a ausência de reconhecimento e proteção legal facilitou a intensificação das invasões por garimpeiros, grileiros e madeireiros ilegais, que passaram a atuar com maior impunidade e violência, tendo em vista que o vácuo fundiário, isto é, a ausência de titularidade oficial das terras, deixa essas populações em constante estado de vulnerabilidade, sujeitas à violência, ao deslocamento forçado e à degradação ambiental. A regularização fundiária não é apenas uma formalidade burocrática, mas um instrumento essencial de garantia de direitos, integridade cultural e sobrevivência física dos povos indígenas. A inação

⁵⁵ AGÊNCIA PÚBLICA. Tjoenia Wapichana: “Tudo que Bolsonaro sonhou explorar em terras indígenas está no PL 191”. 10 mar, 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/03/joenia-wapichana-tudo-que-bolsonaro-sonhou-explorar-em-terras-indigenas-esta-no-pl-191/>

⁵⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Falta de reconhecimento e demarcação dos Territórios Tradicionais tem resultado no aumento da violência, denunciam lideranças. 10, mai, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/05/falta-de-reconhecimento-e-demarcacao-dos-territorios-tradicionais-tem-resultado-no-aumento-da-violencia-denunciam-liderancas/>

⁵⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Falta de reconhecimento e demarcação dos Territórios Tradicionais tem resultado no aumento da violência, denunciam lideranças. 10, mai, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/05/falta-de-reconhecimento-e-demarcacao-dos-territorios-tradicionais-tem-resultado-no-aumento-da-violencia-denunciam-liderancas/>

estatal frente a essa pauta funcionou, portanto, como um mecanismo de violência estrutural, com efeitos mensuráveis na saúde, segurança alimentar e dignidade dessas comunidades.

Durante o governo Bolsonaro, foi registrado pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), através do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, um total de 3.552 óbitos de crianças indígenas com idade entre 0 e 4 anos de idade (CIMI, 2022).⁵⁸ Os registros fornecidos pela secretaria por meio da Lei de Acesso à Informação, revelaram a ocorrência de 835 mortes de crianças indígenas desta faixa etária em 2022.

O relatório em questão, trouxe um panorama de quatro anos de total paralisação das demarcações das terras indígenas, de potencialização dos conflitos, de invasões em territórios e desmonte das políticas públicas voltadas aos povos indígenas e órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção de seus territórios. Em 2023, 62% entre as 1.391 terras e demandas territoriais indígenas em todo o Brasil ainda careciam de regularização, de acordo com o Cimi. Dentre as 867 terras indígenas que apresentavam pendências, pelo menos, 588 não tiveram qualquer providência do Estado para demarcação. Esses territórios ainda aguardam a constituição de Grupos Técnicos (GTs) pela Funais, responsável por proceder com a identificação e delimitação destas áreas.

Outro tópico importante a ser debatido é o que diz respeito ao descaso em relação à população *Yanomami*. Esta população, habitante de uma das maiores terras indígenas do país, localizada entre os estados de Roraima e Amazonas, foi uma das mais afetadas pelo desmonte das políticas de proteção indígena pelo governo Bolsonaro. Deve-se considerar que a terra indígena Yanomami, homologada em 1992, está localizada majoritariamente nos estados de Roraima e norte do Amazonas, abrangendo mais de 9 milhões de hectares. Trata-se de uma região remota e de difícil acesso, o que dificultou ainda mais a fiscalização ambiental e a assistência sanitária, sobretudo, diante da omissão do governo federal. A invasão de garimpeiros nas terras Yanomami cresceu exponencialmente entre 2019-2022. Em Roraima, em especial, estima-se que mais de 20 mil garimpeiros

⁵⁸ CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – 2021. Brasília: CIMI, 2022.

ilegais atuavam em suas terras, promovendo contaminação por mercúrio, desmatamento e destruição de rios (CIMI, 2024).⁵⁹ No Amazonas, as áreas afetadas foram principalmente as de fronteira com a Venezuela e outras terras indígenas como a do povo Munduruku. A omissão da FUNAI diante das denúncias feitas por lideranças Yanomami e entidades da sociedade civil agravou o cenário, tendo em vista que não acionou operações emergenciais de retirada, nem cobrou medidas efetivas de segurança junto a outros órgãos. Em 2020, por exemplo, o Conselho de Saúde Indígena (Condisi-Y) e entidades como Hutukara Associação Yanomami denunciaram a situação de crise humanitária. Apesar disso, a FUNAI permaneceu inerte, alegando que não havia rovas suficientes para justificar ações mais contundentes (ALVES, 2024).⁶⁰

A falta de fiscalização acabou por permitir a explosão do garimpo ilegal em suas terras e, por sua vez, a violência, a contaminação dos rios por mercúrio, desnutrição infantil e surtos de doenças, a exemplo da malária e da COVID-19. A crise explodiu em 2022, mas vinha sendo denunciada desde ao menos 2019, quando organizações indígenas, pesquisadores e o Ministério Público Federal começaram a alertar sobre a intensificação das invasões por garimpeiros ilegais na Terra Indígena Yanomami. Durante esse período, estima-se que mais de 20 mil garimpeiros ilegais ocuparam o território, resultando na contaminação de rios com mercúrio, destruição de florestas, disseminação de doenças como malária, desnutrição severa, violência sexual e conflitos armados (Alves, 2024).⁶¹ A presença do garimpo ilegal também desorganizou profundamente a vida comunitária, afetando roças, a circulação segura entre aldeias e o acesso a alimentos e medicamentos. Relatórios da Hutukara Associação Yanomami e de outras organizações internacionais, denunciaram o caráter omissivo do Estado brasileiro

⁵⁹ CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Invasão massiva pelo garimpo ilegal e facções criminosas afetam intensivamente as terras indígenas em Roraima, alertam organizações. 26, Ago. 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/08/garimpo-ilegal-faccoes-criminosas-afetam-tis-rr/>

⁶⁰ Alves, F. R. J. (2024). Necropolítica no extremo norte da Amazônia brasileira: o genocídio Yanomami sob Bolsonaro (2019-2022). *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 17(10), e12000. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-383>

⁶¹ Alves, F. R. J. (2024). Necropolítica no extremo norte da Amazônia brasileira: o genocídio Yanomami sob Bolsonaro (2019-2022). *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 17(10), e12000. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-383>

diante a esta crise humanitária agravada ano após ano. Esses documentos denunciaram uma omissão sistemática e prolongada do Estado brasileiro, em especial durante o governo Bolsonaro, em relação a crise, demonstrando que os órgãos públicos federais receberam alertas frequentes sobre a presença e o crescimento do garimpo ilegal, bem como sobre os impactos sociais e sanitários decorrentes, como a desnutrição severa, surtos de doenças, como malária, contaminação por mercúrio e violência. Ainda assim, o governo optou por não adotar medidas eficazes de proteção e fiscalização, mesmo diante de denúncias nacionais e internacionais (HUTUKARA, 2025).⁶² O garimpo representou a destruição ao meio ambiente e, também, trouxe consigo uma série de impactos sociais e de saúde pública de alta gravidade, o que resultou em mortes evitáveis, sobretudo de crianças. Socialmente, promoveu a entrada de facções criminosas, exploração sexual de mulheres e meninas indígenas, além do aumento na violência armada (MST, 2022).⁶³ Entre 2019 e 2022, durante o governo de Bolsonaro, foram desmatados 47 quilômetros quadrados de floresta na área, isto é, uma taxa de 222% a mais do que a registrada nos quatro anos anteriores, no momento em que o desmatamento foi de 14,6 quilômetros quadrados. Segundo pesquisadores, a principal fonte de desmatamento na Terra Yanomami consiste no garimpo ilegal (INPE, 2025).⁶⁴

Em termos de saúde pública, os impactos foram alarmantes: o aumento de casos de malária, desnutrição grave, surtos de infecções respiratórias e contaminação por mercúrio entre crianças e adultos (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).⁶⁵ Estima-se que o número de mortes por desnutrição de indígenas da etnia Yanomami aumentou 331% nos quatro anos de governo Bolsonaro quando comparado aos quatros anteriores, considerando

⁶² ASSOCIAÇÃO HUTUKARA YANOMAMI. Relatório: Yanomami sob ataque. Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://hutukara.org>. Acesso em: 22 abr. 2025.

⁶¹ MST. Garimpo ilegal traz fome, doença e exploração sexual para território Yanomami, diz estudo. 12, abr, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/11/garimpo-ilegal-traz-fome-doenca-e-exploracao-sexual-para-territorio-yanomami-diz-estudo/>

⁶⁴ INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Relatórios de Desmatamento na Amazônia e Terras Indígenas. São José dos Campos, 2019-2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 22 abr. 2025.

⁶⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 12, dez, 2023. Disponível em: https://corteidh.or.cr/docs/medidas/yanomami_se_02_por.pdf?utm_source=chatgpt.com

que, em 2013 e 2014, as mortes Yanomami por desnutrição totalizaram oito e seis, respectivamente (BBC, 2023).⁶⁶ Já entre 2019-2022, 177 indígenas do povo Yanomami morreram por algum tipo de desnutrição, segundo dados do Ministério da Saúde. Em 2022, a desnutrição foi a segunda maior causa de mortes entre os Yanomami, atrás apenas das pneumonias, que somaram 70 óbitos e que também estão relacionadas às condições precárias de saúde (BBC News, 2023).⁶⁷

É importante compreender que o aumento no número de mortes por desnutrição entre os Yanomami está relacionado ao aumento da atividade de garimpos na terra onde vivem. A Terra Indígena Yanomami possui 9,6 milhões de hectares e abriga pouco mais de 28 mil indígenas e é conhecida por suas grandes reservas de metais preciosos como o ouro e outros minerais que geram interesse industrial, a exemplo da cassiterita, matéria-prima do estanho. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) demonstraram que o aumento no número de mortes por desnutrição entre os Yanomami se deu de forma simultânea ao registro do crescimento no desmatamento da terra indígena. Isso porque o avanço do garimpo ilegal e o consequente desmatamento comprometem os recursos naturais essenciais para a subsistência dos Yanomami, como a caça, a pesca e a qualidade da água, o que contribui diretamente para o aumento da desnutrição e outras crises de saúde pública, como ocorrida entre os Yanomami.

Nota-se, portanto, uma relação entre o aumento nas mortes por desnutrição no território Yanomami e o cenário de desmonte nas políticas indigenistas no governo Bolsonaro. É fato que os Yanomami tiveram mais impasses no acesso aos serviços de saúde e se depararam com a deterioração do seu território por conta da presença do garimpo. Isto porque grande parte das comunidades Yanomami está localizada em áreas remotas da floresta amazônica, com acesso apenas por via fluvial ou aérea, o que exige uma logística robusta e contínua para a prestação de assistência básica. No entanto, durante o governo Bolsonaro, houve um sucateamento da estrutura de saúde indígena, com denúncias de abandono das equipes de saúde, escassez de medicamentos, ausência de transporte para remoções urgentes e paralisação de programas essenciais, como o fornecimento de alimentos

⁶⁶ BBC NEWS. Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. 17, fev, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>

⁶⁷ BBC NEWS. Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. 17 fev, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>

e insumos de higiene (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).⁶⁸ O colapso do atendimento de saúde não apenas violou os direitos constitucional à saúde, mas também contribuiu para o aumento da mortalidade infantil, chegando a atingir o maior índice de mortes por desnutrição infantil do país, com 7% de mortes entre 2019 e 2020 (BRASIL DE FATO, 2021)⁶⁹ e o sofrimento prolongado das comunidades, evidenciando o descaso institucional com os povos indígenas. O caso Yanomami se tornou emblemático da negligência governamental e, também da violação sistemática aos direitos indígenas durante o período Bolsonaro, o que resultou em uma série de retrocessos que significaram verdadeiros riscos à sua própria existência (SECOYA, 2021).⁷⁰ É fato que, ainda hoje, se fazem necessárias soluções emergenciais e políticas estruturantes com vistas a repararem os danos causados aos povos originários no Brasil.

Esses retrocessos institucionais não ocorreram isoladamente, mas representam um projeto político amplo, promovido pelo extrema-direita, a qual persegue o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, revertendo conquistas históricas de grupos marginalizados, como é o caso da população indígena. Neste caso em específico, como vimos, o governo Bolsonaro adquiriu uma visão abertamente anti-indigenista que interpreta seus direitos como obstáculos ideológicos e entraves ao desenvolvimento da nação brasileira. Essa perspectiva, bastante característica de modelos ultraconservadores de governos, está calcada na deslegitimação da diversidade cultural e no desmonte da proteção aos direitos fundamentais, por sua vez, estabelecidos pela Constituição e pelo direito internacional. Dessa forma, as políticas do governo Bolsonaro representam a cristalização dessa visão da extrema-direita, que instrumentalizou o Estado brasileiro de maneira a atender interesses de grupos ruralistas, debilitando as garantias coletivas. O chamado “bolsonarismo” evidenciou como o projeto da

⁶⁸ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório Missão Yanomami de 2023. Fev, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomamiversao_FINAL_07_02.pdf

⁶⁹ BRASIL DE FATO. Sob Bolsonaro, Yanomami tem o maior índice de mortes por desnutrição infantil do país. 13, set, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/13/sob-bolsonaro-yanomami-tem-o-maior-indice-de-mortes-por-desnutricao-infantil-do-pais/>

⁷⁰ SECOYA. Ação contra Bolsonaro avança em Haia, e indígenas vão denunciá-lo por genocídio e por ecocídio. 17, jul, 2021. Disponível em: <https://www.secoya.org.br/single-post/a%C3%A7%C3%A3o-contra-bolsonaro-avan%C3%A7a-em-haia-e-ind%C3%ADgenas-v%C3%A3o-denunci%C3%A1-lo-por-genoc%C3%ADdio-e-por-ecoc%C3%ADdio>

extrema-direita constitui uma ameaça institucional aos direitos dos indígenas e à princípios de uma democracia plural no Brasil.

4. BOLSONARO E A COVID-19

O direito à saúde é um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. De forma mais específica, os artigos 6º e 196, estabelecem que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas”. O Sistema Único de Saúde (SUS) representa a materialização desse direito no Brasil, assegurando acesso universal, integral e equitativo à população. No plano internacional, o Brasil é signatário de diversos instrumentos jurídicos que reforçam a proteção à saúde como direito humano essencial. Entre os principais, destacam-se alguns como: o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que reconhece o direito de todos ao mais alto padrão de saúde física e mental possível, a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), que define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”, o Regulamento Sanitário Internacional (RSI/2005), cujos Estados são obrigados a notificar surtos e coordenar respostas a emergências de saúde pública, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25), a qual reconhece o direito a um padrão de vida adequado à saúde.

Esses instrumentos reforçam a obrigação do Estado brasileiro em garantir acesso equitativo à saúde, em promover políticas baseadas em evidências científicas e cooperar internacionalmente em situações de emergências sanitárias. No entanto, como se verá a seguir, a gestão da pandemia por Jair Bolsonaro contrariou princípios constitucionais e compromissos internacionais, impactando de forma negativa o sistema de saúde e os direitos humanos no país.

A pandemia da COVID-19 significou um grande choque no âmbito da gestão dos sistemas de saúde e, também, dos organismos responsáveis pelas questões que envolvem a saúde no mundo. O desconhecimento frente ao vírus, que se alastrava pelo mundo, causando incontáveis mortes em diversos países, fez com que muitos deles estabelecessem políticas de *lockdown*, a fim de proteger a vida de suas populações e mitigar os riscos. Organismos internacionais, como a OMS, trabalharam, sobretudo, para disseminar informações científicas a respeito do vírus

e, também, das orientações a serem tomadas, buscando instruir as pessoas e as instituições a respeito dos cuidados necessários. Todavia, a condução da pandemia da COVID-19 pelo governo de Bolsonaro foi marcada por uma sequência de ações e omissões que acabaram por comprometer o direito à vida, à saúde e à informação da população brasileira.

Desde o início da pandemia, o ex-presidente minimizou a gravidade da doença, deslegitimou orientações científicas e criou as condições para um cenário de desinformação generalizada, de forma a rejeitar medidas básicas de prevenção, como o uso de máscaras, o distanciamento social e a própria vacinação (CALIL, 2021).⁷¹ Como veremos, Bolsonaro defendeu o uso da cloroquina e hidroxicloroquina, medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da COVID-19, gerando confusão na população (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023).⁷² Sabe-se que o governo federal investiu recursos públicos na compra e divulgação de medicamentos e tratamentos considerados ineficazes, como a cloroquina, desrespeitando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde. Um exemplo, foi o aplicativo chamado “TrateCov”, divulgado pelo Ministério da Saúde, que realizava a prescrição de medicamentos como a cloroquina de forma automática para pacientes que apresentavam sintomas leves (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023).⁷³ Além de atuar na contramão de evidências científicas que poderiam atuar para a redução da contaminação, o presidente se opôs publicamente a governadores e prefeitos que implementavam políticas de contenção. O ex-presidente Jair Bolsonaro atacou publicamente governadores e prefeitos que adotavam medidas como o *lockdown*, uso obrigatório de máscaras e restrições a comércios e escolas. Um exemplo disso foi o confronto direto com o então governador de São Paulo, João Doria, e com o governador do

⁷¹ CALIL, Gilberto. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?format=pdf&lang=pt>

⁷² HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2023: Brazil. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/brazil>.

⁷³ HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2023: Brazil. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/brazil>.

Maranhão, Flávio Dino, cujas políticas de contenção foram deslegitimadas pelo governo federal em coletivas e redes sociais oficiais (ABRUCIO, et al, 2020).⁷⁴

A postura crítica do governo frente a gravidade da COVID-19 contribuiu para uma ação federal desarticulada e conflituosa com estados, municípios e instituições de saúde pública, mas também sabotou seus planos de ação. Assim, em vez de centralizar e coordenar uma resposta integrada entre os entes federativos e os órgãos técnicos de saúde, o governo federal adotou uma postura negacionista, promovendo desinformação e contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde em diversas ocasiões. Isso resultou numa quebra na articulação federativa e a fragmentação das respostas à crise, com conflitos entre os níveis de governo e a desautorização constante de ministros da Saúde, como quando Bolsonaro nomeou dois militares, General Eduardo Pazuello (setembro de 2020 a março de 2021) e Marcelo Queiroga (março de 2021 a dezembro de 2022), num total de quatro ministros, sendo um deles um médico que, posteriormente, veio a demitir-se por discordância em relação à condução federal.

Portanto, a resposta do governo à crise sanitária significou um dos episódios considerados mais graves de violação aos direitos humanos na história recente do país, marcada por negacionismo e minimização do potencial do vírus, levando a morte de mais de 700 mil cidadãos (GOV BR, 2023).⁷⁵ Entre 2020-2021, o governo federal, de forma sistemática, contribuiu para o agravamento do volume de mortes, bem como para o colapso do sistema de saúde e a desinformação massiva. Ao minimizar reiteradamente a gravidade da COVID-19, atrasar a compra das vacinas e dificultar a coordenação entre os entes federativos, o direito à vida, previsto no artigo 5º da Constituição Federal e, também, em tratados internacionais, a exemplo

⁷⁴ ABRUCIO, Fernando Luiz; GRIN, Eduardo José; FRANZESE, Cibele; SEGATTO, Catarina Ianni; COUTO, Cláudio Gonçalves. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n 4, p.663-677, jul/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqj/?format=pdf&lang=pt>

⁷⁵ GOV BR. BRASIL CHEGA À MARCA DE 700 MIL MORTES POR COVID-19. 28, mar, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>

do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, foi comprometido em razão das inúmeras omissões e decisões politicamente motivadas.

O tratamento dado pelo governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 contribuiu diretamente para o agravamento da crise sanitária no Brasil. Bolsonaro minimizou os riscos da doença, referindo-se à COVID-19 como uma “gripezinha” e desacreditando medidas comprovadamente eficazes, como o uso de máscaras, o distanciamento social e a vacinação (CARTA CAPITAL, 2020).⁷⁶ Em paralelo, Bolsonaro estava orientado pela perspectiva de atingir rapidamente a imunização coletiva (ou “imunidade de rebanho”) e se utilizou de instrumentos variados para estimular a intensificação da contaminação, recorrendo para tanto à disseminação de dados incorretos ou mesmo inteiramente falsos e à demonstração exemplar de comportamentos propícios à contaminação (CALIL, 2021)⁷⁷, como a participação em diversas manifestações e passeatas durante os períodos mais críticos da pandemia, incentivando aglomerações sem distanciamento social e sem uso de máscaras, contrariando todas as orientações sanitárias. Em muitos casos, apertava mãos e abraçava apoiadores (DW, 2021).⁷⁸

Uma das principais manifestações dessa conduta consistiu na rejeição em relação ao potencial da crise sanitária e, como consequência, o atraso na compra de vacinas contra a COVID-19. Marcado pela omissão, desconfiança infundada e decisões politizadas, sua conduta atrasou significativamente o início da campanha de imunização no Brasil e contribuiu para o aumento de mortes evitáveis (ANISTIA INTERNACIONAL, 2022).⁷⁹ Conforme comprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado, ao ignorar as ofertas realizadas por laboratórios da companhia Pfizer durante meses, a gestão federal atuou deliberadamente para atrasar a aquisição das vacinas, inclusive aquelas feitas com

⁷⁶ CARTA CAPITAL. Retrospectiva: as piores declarações de Bolsonaro sobre a pandemia. 27, dez, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/retrospectiva-as-piores-declaracoes-de-bolsonaro-durante-a-pandemia/>.

⁷⁷ CALIL, GRASSI GILBERTO. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serv. Soc.Soc.. São Paulo, n 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=pt>

⁷⁸ DEUSTCHE WELLE (DW). Sem máscara, Bolsonaro gera aglomeração em ato no Rio. 23, mai, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/sem-m%C3%A1scara-bolsonaro-gera-aglomera%C3%A7%C3%A3o-em-protesto-no-rio/a-57637353>

⁷⁹ ANISTIA INTERNACIONAL. O Estado dos Direitos Humanos no Brasil em 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/pt/latest/research/2022/03/o-estado-dos-direitos-humanos-no-brasil-em-2022/>.

antecedência e com prioridade para o país, comprometendo a resposta à pandemia e agravando a crise sanitária no país. O caso mais emblemático foi a recusa inicial de três propostas formais da farmacêutica Pfizer, feitas entre agosto e novembro de 2020, que ofereciam cerca de 70 milhões de doses com entregas já no primeiro trimestre de 2021. O então ministro da saúde, Eduardo Pazuello, alegou cláusulas abusivas no contrato. No entanto, especialistas afirmaram que tais cláusulas eram comuns em negociações internacionais de fornecimento emergencial de vacinas (O GLOBO, 2021).⁸⁰ Além disso, o governo resistiu à adesão ao consórcio internacional Covax Facility, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que assinou o compromisso apenas no limite do prazo e optando por adquirir o mínimo possível de doses, quantidade suficiente para apenas 10% da população, quando poderia ter contratado até 50% (BAND, 2021).⁸¹ Ao mesmo tempo, houve uma campanha de deslegitimação da CoronaVac, vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac, motivada por disputas políticas entre o ex-presidente Bolsonaro e o então governador de São Paulo, João Doria (SENADO FEDERAL, 2021).⁸² Bolsonaro chegou a declarar que “o povo brasileiro não será cobaia” e comemorou publicamente a suspensão temporária dos testes da vacina (VALOR ECONÔMICO, 2021).⁸³ Esse comportamento do governo acabou por influenciar políticas locais e, também, corroborar com a disseminação do vírus, uma vez que incentivou gestores locais a seguirem diretrizes semelhantes enfraquecendo a adoção de medidas preventivas em diversas regiões (ANISTIA INTERNACIONAL, 2022).⁸⁴ Em estados e municípios politicamente alinhados ao governo federal, observou-se maior

⁸⁰ O GLOBO. MPF diz que objeções do governo à Pfizer “não se sustentavam”. 8, jul, 2021.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mpf-diz-que-objecoes-do-governo-pfizer-nao-se-sustentavam-1-25097090>

⁸¹ BAND. Governo comprou 45 milhões de vacinas a menos que o mínimo pedido pelo PNI em 2020. 8, jul, 2021. Disponível em: <https://www.band.com.br/noticias/governo-comprou-45-milhoes-de-vacinas-a-menos-que-o-minimo-pedido-pelo-pni-em-2020-16358746>

⁸² SENADO FEDERAL. Minuta contendo resumo dos trabalhos da CPI da Pandemia até 17 de outubro de 2021. Brasília, 2021. Disponível em:

https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2021/10/19/relatorio-cpi-minuta_compressed.pdf.

⁸³ VALOR ECONÔMICO. Bolsonaro desautoriza Pazuello e diz que não vai comprar vacina da China. 21, out, 2021. Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/21/bolsonaro-diz-em-rede-social-que-nao-comprara-vacina-da-china.ghtml>

⁸⁴ ANISTIA INTERNACIONAL. O Estado dos Direitos Humanos no Brasil em 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/pt/latest/research/2022/03/o-estado-dos-direitos-humanos-no-brasil-em-2022/>.

resistência à implementação de *lockdowns*, menor adesão a campanhas de vacinação e uso tardio de recursos de saúde pública. (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 2020).⁸⁵ Essa influência política resultou na desarticulação da resposta nacional à crise sanitária, tornando-se um desafio a coordenação entre os entes federativos e contribuindo para o alto número de mortes no país (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 2020).⁸⁶

Desde o princípio da crise sanitária, Bolsonaro frequentemente acusava os gestores locais de “exagerarem” e de “quebrarem a economia” com medidas como *lockdowns* e fechamento de comércios (O GLOBO, 2020).⁸⁷ Essa postura gerou insegurança jurídica e confusão na população, que passou a questionar a legitimidade das medidas sanitárias adotadas fora da esfera federal, tendo em vista que promoveu um ambiente de desinformação e insegurança, que comprometeu a compreensão pública sobre a gravidade do vírus (MISKOLCI, 2023).⁸⁸ Ao deslegitimar constantemente as recomendações da comunidade científica, promover o uso de medicamentos ineficazes, como a cloroquina e hidroxicloroquina, criticar o uso de máscaras e atacar as medidas de isolamento social, o governo transmitiu mensagens contraditórias à população. (FIOCRUZ, 2021).⁸⁹ Isso resultou em um comportamento ambíguo: parte da sociedade passou a desconfiar das orientações de autoridades sanitárias, questionando a própria existência ou severidade da doença. Sabe-se que declarações do presidente influenciaram diretamente a percepção pública e enfraqueceram a adesão às medidas protetivas, sobretudo, entre seus apoiadores (NATIONAL LIBRARY OF

⁸⁵ UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. Bolsonaro’s attitude to coronavirus increases ‘risky behaviour’ in Brazil. 5, mai, 2020. Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/research/news/bolsonaros-attitude-to-coronavirus-increases-risky-behaviour-in-brazil>

⁸⁶ UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. Bolsonaro’s attitude to coronavirus increases ‘risky behaviour’ in Brazil. 5, mai, 2020. Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/research/news/bolsonaros-attitude-to-coronavirus-increases-risky-behaviour-in-brazil>

⁸⁷ O GLOBO. Coronavírus: Bolsonaro volta a minimizar pandemia e chama governadores de 'exterminadores de emprego'. 22, mai, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/coronavirus-bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-governadores-de-exterminadores-de-emprego-24321885>

⁸⁸ MISKOLCI, Richard. Muito além do negacionismo: desinformação durante a pandemia de Covid-19. Sociologias, Porto Alegre, volume 25, 2023, e-soc 123090, p 1-26.

⁸⁹ FIOCRUZ. Estudo aponta que negacionismo dificulta percepção da pandemia por ACSS. 28, jan. 2021. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/estudo-aponta-que-negacionismo-dificulta-percepcao-da-pandemia-por-acss>

MEDICINE, 2024).⁹⁰ Além disso, o Ministério da Saúde, sob forte interferência do presidente, não coordenou nacionalmente a distribuição de recursos, equipamentos e vacinas, o que agravou as desigualdades regionais no enfrentamento da pandemia. A judicialização da crise tornou-se frequente, sendo o Supremo Tribunal Federal (STF), obrigado a intervir para garantir a autonomia de estados e municípios na adoção de medidas sanitárias (ADI 6.341/DF). A fragmentação da estratégia nacional também se refletiu na ausência de uma campanha unificada de vacinação e comunicação (FLEURY, 2021).⁹¹ Diversos estados e municípios tiveram que criar seus próprios planos de imunização, enquanto o governo federal, além de demorar na compra de vacinas, propagava desinformação. O governo de São Paulo, por exemplo, firmou ainda em 2020 uma parceria com o Instituto Butantan para a produção da CoronaVac, sendo o primeiro a iniciar a vacinação no país, mesmo diante de resistência do governo (AGÊNCIA BRASIL, 2020).⁹² Já o Maranhão, sob gestão estadual independente, organizou mutirões de vacinação e chegou a utilizar doses excedentes de municípios vizinhos para garantir a imunização de comunidade remotas (G1, 2021).⁹³ Em Belo Horizonte, a prefeitura criou seu próprio comitê científico e comprou insumos diretamente, evitando depender exclusivamente das orientações do Ministério da Saúde (BRASIL DE FATO, 2020).⁹⁴ Essa descoordenação prejudicou diretamente a capacidade de controle da pandemia. O resultado dessa postura de Bolsonaro foi avassalador, tendo em vista que o Brasil acabou por se tornar um dos epicentros mundiais da pandemia, somando mais de

⁹⁰ National Library of Medicine. Investigating the 'Bolsonaro effect' on the spread of the Covid-19 pandemic: Na empirical analyses of observational data in Brazil. 2024. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38635577/>

⁹¹ FLEURY, Sonia. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 54(4):663-677, jul. - ago. 2020 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqj/?format=pdf&lang=pt>

⁹² AGÊNCIA BRASIL. Brazilian institute to start production of vaccine CoronaVac. 11, dez, 2020.

Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/en/saude/noticia/2020-12/brazilian-institute-start-production-vaccine-coronavac>

⁹³ G1. Maranhão realiza mutirão da vacinação contra Covid-19 em nove municípios. 16, Ago, 2021. Disponível em:

https://g1.globo.com/google/amp/ma/maranhao/noticia/2021/08/16/maranhao-realiza-mutirao-da-vacinacao-contracovid-19-em-nove-municipios.ghtml?UTM_SOURCE=whatsapp&UTM_MEDIUM=share-bar-app&UTM_CAMPAIGN=materias

[app&UTM_CAMPAIGN=materias](https://g1.globo.com/google/amp/ma/maranhao/noticia/2021/08/16/maranhao-realiza-mutirao-da-vacinacao-contracovid-19-em-nove-municipios.ghtml?UTM_SOURCE=whatsapp&UTM_MEDIUM=share-bar-app&UTM_CAMPAIGN=materias)

⁹⁴ BRASIL DE FATO. Prefeitura de BH fecha acordo para garantir vacina contra a Covid-19. 9, dez, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/09/prefeitura-de-bh-fecha-acordo-para-garantir-vacina-contracovid-19/>

700 mil mortes confirmadas, cuja maior parte foi considerada estável, segundo estudos acadêmicos e relatórios internacionais (CEBES, 2023).⁹⁵

A resposta foi ainda mais precária entre povos indígenas, quilombolas e comunidades periféricas, uma vez que relatórios do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), evidenciam a escassez de barreiras sanitárias, campanhas de vacinação eficientes e assistência alimentar para esses grupos (INESC, 2023).⁹⁶ Esse tratamento frente à pandemia foi responsável por aprofundar as desigualdades históricas que estruturam o Brasil, visto que impactou de maneira desproporcional populações já marginalizadas. Isso porque a ausência de uma política pública estruturada e equitativa, por parte do governo de Jair Bolsonaro, fez produzir efeitos diretos sobre as comunidades indígenas, quilombolas e negras periféricas. Nesse contexto, a negligência, por parte do Estado, produziu taxas de mortalidade mais altas, entraves em relação ao acesso a serviços de saúde e maior exposição ao contágio.

Segundo a articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a taxa de mortalidade por COVID-19 entre indígenas foi 1,5 vez mais alta em comparação com a população em geral, atingindo 9,6% dos infectados, contra 6,6% na média nacional (APIB, 2021).⁹⁷ Além disso, houve atraso considerável na inclusão dessas populações nos planos de vacinação, visto que o governo agiu apenas após determinação do STF (ADPF 709/DF)⁹⁸. Além disso, um estudo da PUC-Rio demonstrou que negros tinham 62% chances a mais de morrer por COVID-19 do que brancos no Brasil, considerando fatores estruturais, como maior incidência de comorbidades, precariedade habitacional e ocupações mais expostas ao vírus (PUC-Rio, 2021).⁹⁹ Deve-se considerar que as regiões com menor índice de

⁹⁵ CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19. 30, mar, 2023. Disponível em: <https://cebes.org.br/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19/30825/>

⁹⁶ INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. Direitos Humanos sob Ataque: balanço das políticas públicas (2019-2022). Brasília: INESC, 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/direitos-humanos-sob-ataque>.

⁹⁷ APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Boletim epidemiológico da COVID-19 nos povos indígenas. Brasília, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/05/05/boletim-covid/>.

⁹⁸ STF - Supremo Tribunal Federal. ADPF 709/DF: Medidas de proteção aos povos indígenas durante a pandemia. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>.

⁹⁹ PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desigualdades raciais e COVID-19 no Brasil. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.puc-rio.br>.

Desenvolvimento Humano (IDH) tiveram volume de mortalidade maior em comparação aos bairros mais ricos. Em São Paulo, por exemplo, bairros como Brasilândia e Cidade Tiradentes tiveram mais mortes por 100 mil habitantes do que os bairros centrais, como Pinheiros (SEADE, 2021).¹⁰⁰ Portanto, é fato que o governo federal não reconheceu essas comunidades como prioritárias no plano nacional de imunização e nas políticas sanitárias, de forma a descumprir decisões judiciais e recomendações da Defensoria Pública da União (FIOCRUZ/CONAQ, 2022).¹⁰¹ Isso se refletiu no fato de que o governo Bolsonaro apresentou, pelo menos três versões consideradas incompletas ou inadequadas pelo ministro Barroso, a respeito da limitar, publicada em julho de 2020, determinando que a União elaborasse um plano detalhado de enfrentamento à Covid-19 para indígenas (ADPF 709), incluindo barreiras sanitárias, plano de contingência e acesso ao Subsistema de Saúde Indígena (CIMI, 2020).¹⁰² Além disso, mesmo após um prazo de 10 dias para implantar barreiras sanitárias em aldeias isoladas, o governo não atendeu à determinação, ignorando medidas obrigatórias (CIMI, 2020).¹⁰³ Em março de 2022, ainda desrespeitou outra decisão do STF que exigia a disponibilização de dados públicos detalhados sobre a saúde indígena, sob pena de multa diária de 100 mil reais (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2022).¹⁰⁴ Em relação às recomendações da DPU e do MPF (Ministério Público Federal), o governo vetou dispositivos de uma lei que garantiria água potável, leitos de UTI e distribuição de cestas básicas a indígenas, contrariando orientações da Defensoria (SENADO, 2020).¹⁰⁵

¹⁰⁰ SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Boletim especial: impacto da COVID-19 nos bairros de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.seade.gov.br>.

¹⁰¹ Boletim epidemiológico: COVID-19 e comunidades quilombolas. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org>.

¹⁰² CIMI. Após decisão do STF, governo Bolsonaro segue omissos no combate à pandemia entre indígenas. 29, Jul, 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/apos-decisao-do-stf-governo-bolsonaro-segue-omisso-no-combate-a-pandemia-entre-indigenas>

¹⁰³ CIMI. Após decisão do STF, governo Bolsonaro segue omissos no combate à pandemia entre indígenas. 29, Jul, 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/apos-decisao-do-stf-governo-bolsonaro-segue-omisso-no-combate-a-pandemia-entre-indigenas>

¹⁰⁴ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministro Barroso determina que União forneça ao público dados sobre saúde indígena em 30 dias. 31, Mar, 2022. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/ministro-barroso-determina-que-uniao-forneca-ao-publico-dados-sobre-saude-indigena-em-30-dias/>

¹⁰⁵ SENADO. Congresso derruba vetos de Bolsonaro à lei que protege indígenas na pandemia. 19, Ago, 2020. Disponível em:

Dessa forma, a condução da pandemia por Bolsonaro e seu governo foi um exemplo de como projetos da extrema-direita, ao deslegitimarem a ciência, atacarem as instituições democráticas e promoverem políticas de exclusão, representam riscos aos direitos humanos mais fundamentais, como o direito à vida. O comportamento do governo, marcado por enorme negligência em relação à crise sanitária, de disseminação deliberada de informação sem qualquer validação científica e a falta de ação no que se refere às populações mais vulneráveis nos mostram não apenas problemas administrativos, mas, sobretudo, uma política de Estado que violou o direito à vida. Assim, a pandemia tornou visível a forma como um governo envolvido ideologicamente com o ultraconservadorismo e o negacionismo é capaz de aprofundar desigualdades históricas e criar condições para mortes evitáveis em larga escala.

Portanto, a experiência brasileira, no que diz respeito à crise da COVID-19, mostra que a ascensão da extrema-direita não representa apenas uma ameaça discursiva aos direitos humanos, mas uma ameaça concreta e letal à sua garantia e preservação. A condução de Bolsonaro diante a pandemia do COVID-19 revelou um projeto centralizador de governança, marcado pela recusa ao diálogo federativo e pelo desmonte das capacidades técnicas do Estado. A tentativa de concentrar decisões no Executivo federal, ao mesmo tempo em que se deslegitimavam governadores, prefeitos, o Supremo Tribunal Federal e as instituições de saúde, como ANVISA e o SUS (Sistema Único de Saúde), enfraqueceu o pacto democrático brasileiro e os mecanismos de cooperação entre os entes federativos. Ao promover uma política deliberada de desinformação e sabotagem das estruturas institucionais de proteção social, o governo contribuiu para a erosão da confiança pública nas instituições, favorecendo a polarização e o descrédito das vias democráticas de enfrentamento de crises, especialmente no que diz respeito às populações vulneráveis (PEREIRA; et al, 2022).¹⁰⁶

A seção seguinte analisa a forma como o governo Bolsonaro contribuiu para colocar a democracia brasileira em xeque. Mais do que episódios pontuais, os processos sistemáticos de deslegitimação institucional e desprezo pelos direitos

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/19/congresso-derruba-vetos-de-bolsonaro-a-lei-que-protege-indigenas-na-pandemia>

¹⁰⁶ PEREIRA, Fernandes, Leite, Luciana. FILHO, Maia, Cristóvão. Et al. Pandemia e a resposta da democracia brasileira. Research, Society and Development, v. 11, n.9, 2022.

fundamentais, de forma articulada, revelaram uma ameaça estrutural ao regime democrático, extrapolando a esfera da retórica e se concretizando em práticas de governo que comprometeram os pilares do Estado de Direito no Brasil.

5. A DEMOCRACIA EM XEQUE SOB O BRASIL DE BOLSONARO

Nas últimas décadas, observamos o vertiginoso crescimento da extrema-direita, expresso na ascensão de governos e movimentos ao redor do mundo. Esse avanço tem se sustentado, muitas vezes, em discursos que prometem combater a corrupção, restaurar a ordem pública e preservar valores considerados “tradicionais”, frequentemente vinculados a visões moralistas, patriarcais e excludentes da sociedade. Fica claro, portanto, que, por trás dessa retórica de aparente renovação moral e estabilidade institucional, esses projetos políticos apresentam características comuns, como o autoritarismo, o anti-pluralismo, o nacionalismo exacerbado e xenófobo, a deslegitimação das oposições e o ataque sistemáticos às instituições da democracia e aos direitos fundamentais. Importa destacar que, nesse cenário, a democracia raramente é negada de forma explícita. Pelo contrário, esses governos e movimentos frequentemente se valem da linguagem democrática para alcançar o poder, por meio de eleições legítimas e, uma vez nele, passam a corroer os princípios e os mecanismos democráticos por dentro. Nesse contexto, essa erosão, se dá por meio do desprezo às regras do jogo democrático, da instrumentalização das instituições e da hostilidade à diversidade política, social e cultural (NETO; FORTI, 2023).¹⁰⁷

A relação entre a extrema-direita e a negação da democracia é complexa e, muitas vezes, paradoxal. O que podemos notar é que a extrema-direita atual, sobretudo, na Europa e nas Américas, não costuma rejeitar a democracia em termos formais, mas se utiliza de uma forma particular de democracia: a liberal. Para esses movimentos, o que se defende é uma concepção liberal ou majoritária de democracia, centrada na vontade de uma suposta maioria homogênea e moralmente superior, frequentemente definida por critérios étnicos, religiosos ou culturais. Os partidos e líderes de extrema-direita reconhecem a democracia como “governo da

¹⁰⁷ NETO, Caldeira Odilon; FORTI, Steven. A EXTREMA DIREITA EM PERSPECTIVA: espaços, abordagens e alcances. Estudos ibero-Americanos, v. 49, n. 1. 2023.

maioria”, ao mesmo tempo em que rejeitam os princípios liberais que a acompanham, a exemplo dos direitos das minorias, o pluralismo político, a liberdade de imprensa e o próprio Estado de Direito. Para eles, esses elementos são vistos como obstáculos ao “verdadeiro” povo, frequentemente identificado como uma identidade nacional pura, tradicional e excludente (MUDDE, 2022).¹⁰⁸ Dessa forma, a extrema-direita tende a minar os pilares que sustentam a convivência democrática, mesmo mantendo uma aparência de legalidade e legitimidade popular. Pode-se dizer que essa vertente radical da direita combina alguns elementos, como o nativismo, isto é, a ideia de que o Estado deve ser habitado apenas pelos nativos (os “de dentro”), excluindo imigrantes, estrangeiros ou minorias vistas como “ameaças”, o autoritarismo, cuja defesa está em torno de uma ordem social rígida, onde a obediência à autoridade é valorizada acima da liberdade individual. Além disso, o populismo, em sua versão radical, que propõe uma dicotomia moral entre o “povo puro” e a “elite corrupta”, o que justifica o ataque a instituições democráticas consideradas elitistas ou protetoras de interesses minoritários (MUDDE, 2022).¹⁰⁹

Durante o governo Bolsonaro, o Brasil vivenciou não apenas uma sucessão de crises políticas e sociais, mas também, um processo sistemático de fragilização institucional, cujos efeitos ameaçaram os pilares democráticos do país. Ao promover ataques contínuos à ciência, aos direitos humanos e o funcionamento das instituições públicas, sobretudo durante a pandemia do COVID-19, o governo incentivou a deslegitimação do próprio Estado como agente responsável pela proteção da vida e da dignidade de seus cidadãos. Os desmontes promovidos por sua gestão não se limitaram a falhas administrativas ou a cortes orçamentários pontuais. Tratou-se de uma estratégia ideológica de erosão da ordem democrática, que atingiu diretamente princípios fundamentais como a proteção de populações vulnerabilizadas, a valorização da ciência como base para decisões públicas e a responsabilização estatal diante de crises humanitárias. O negacionismo científico e o caráter autoritário dos discursos operaram lado a lado para neutralizar violações de direitos e enfraquecer a confiança nas instituições.

¹⁰⁸ MUDDE, Cass. A extrema direita hoje. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

¹⁰⁹ MUDDE, Cass. A extrema direita hoje. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

A conexão entre esses desmontes e a crise democrática revela uma estratégia política estrutural. O governo atuou de forma consciente na deslegitimação das instituições e órgãos de fiscalização ambiental, negando a ciência, promovendo e militarização da máquina pública. Esse processo acabou por comprometer a transparência, o controle social e a responsabilidade do Estado diante da sociedade civil, fragilizando os mecanismos de *accountability* democrática (BARBOSA, 2025).¹¹⁰ Ao mesmo tempo, houve uma rejeição deliberada aos princípios universais de direitos humanos, como a recusa em proteger comunidades indígenas, rompendo com os principais fundamentos do pacto constitucional de 1988, isto é, a dignidade da pessoa humana, a cidadania e os valores sociais da solidariedade e da justiça.

Essas ações evidenciam um movimento mais profundo, isto é, o enfraquecimento das bases de consolidação democrática no Brasil, ao promover a centralização do poder, a militarização de cargos civis, a perseguição a opositores e o incentivo à polarização social (BARBOSA, 2025).¹¹¹ Em vez de ampliar a participação cidadã e fortalecer a *accountability*, a gestão Bolsonaro avançou na direção contrária, normalizando práticas autoritárias, como a centralização das decisões a respeito da pandemia do COVID-19 em torno do Executivo federal, minimizando as ações de prefeitos e governadores e as ações ideologicamente orientadas a fim de lidar com as questões de direitos humanos a exemplo dos povos indígenas, o que significou um verdadeiro retrocesso em seus direitos. Essas ações contribuíram para minar o processo democrático.

Nesse contexto, a relação entre desmonte institucional e abandono dos direitos fundamentais permite compreender por que as ações do governo Bolsonaro representam ameaças estruturais à democracia brasileira. Enfraquecer instituições e negar direitos não constituem efeitos colaterais, mas faz parte de um projeto próprio da extrema-direita que busca reconfigurar os fundamentos do Estado, substituindo a lógica democrática pela lógica da exclusão, da força e do privilégio

¹¹⁰ BARBOSA, Junqueira, Karina. Do adversário ao inimigo: a ascensão da extrema-direita e a crise da democracia liberal brasileira. Belo Horizonte, 2025.

¹¹¹ BARBOSA, Junqueira, Karina. Do adversário ao inimigo: a ascensão da extrema-direita e a crise da democracia liberal brasileira. Belo Horizonte, 2025.

(MUDDE, 2022).¹¹² Assim, a democracia não é atacada apenas por atos declarados de ruptura, mas por processos silenciosos e contínuos de corrosão institucional.

6. CONCLUSÃO

O avanço da extrema-direita no Brasil, exemplificado de forma contundente pelo governo de Jair Bolsonaro, não deve ser interpretado como um episódio isolado ou meramente conjuntural. Trata-se de um fenômeno político com raízes profundas, que opera por meio da corrosão sistemática das instituições democráticas, da banalização da violência simbólica e física contra grupos vulneráveis e da captura do Estado para fins de exclusão, silenciamento e centralização de poder. A retórica antissistêmica, travestida de moralismo ou de “restauração da ordem”, encobre um projeto político que visa deslegitimar o dissenso, enfraquecer os mecanismos de controle social e normalizar a intolerância.

A análise das ações do governo Bolsonaro entre 2019 e 2022 revela um cenário de grave retrocesso institucional e normativo no Brasil. Longe de se tratarem apenas de falhas administrativas, as medidas adotadas e as omissões deliberadas nesse período expuseram a fragilidade das instituições democráticas diante de um projeto político que desprezou os direitos fundamentais, corroeu os mecanismos de controle e fomentou a exclusão social.

O retrocesso no que diz respeito aos direitos dos indígenas, bem como a condução da pandemia da COVID-19, foram emblemáticos nesse contexto, pois escancararam a incapacidade, ou a recusa, por parte do governo em proteger a vida da sua população, especialmente dos grupos mais vulnerabilizados. A articulação entre esses desmontes e o avanço de discursos autoritários e antidemocráticos revela que o governo Bolsonaro não apenas comprometeu o funcionamento do Estado, mas também colocou em xeque os próprios fundamentos da democracia brasileira. A rejeição ao pluralismo, à ciência, aos direitos humanos e à responsabilidade institucional operou como um ataque estrutural à ideia de democracia como regime de inclusão, participação e proteção.

Portanto, compreender esse período exige ir além da descrição dos fatos e reconhecer que os riscos democráticos não se dão apenas por rupturas explícitas,

¹¹² MUDDE, Cass. A extrema direita hoje. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

mas também por processos graduais de erosão institucional e desprezo por direitos fundamentais da pessoa humana. O caso brasileiro mostra como uma gestão orientada por um projeto de extrema-direita pode fragilizar o pacto constitucional e ameaçar conquistas históricas em matéria de direitos e garantias. Diante disso, o fortalecimento das instituições, o combate à impunidade e a valorização dos princípios democráticos se tornam tarefas urgentes e indispensáveis para a reconstrução do Estado de direito no Brasil.

7. RECOMENDAÇÕES

- 1) Combate a desinformação nas plataformas digitais, com regulação que promova transparência e responsabilização a fim de conter a disseminação de notícias falsas e discursos antidemocráticos, promovendo um ambiente digital mais seguro e transparente. Isso inclui a criação de marcos legais que exijam transparência algorítmica, rastreabilidade de conteúdos patrocinados e responsabilização de plataformas que negligenciem a remoção de desinformação, aliados ao estabelecimento de uma agência reguladora independente.
- 2) Reforço da independência do sistema judiciário, protegendo-o de interferências políticas com objetivo de proteger o sistema judicial de interferências políticas, garantindo sua atuação imparcial na defesa dos direitos e da Constituição. Para isso, a aprovação de normas que impeçam a indicação política direta de magistrados para tribunais superiores, e que fortaleçam órgãos correccionais e de controle interno.
- 3) Promoção de uma educação democrática e antiautoritária, desde a base escolar, formando cidadãos críticos, com objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres democráticos, contando com a reformulação curricular com foco em educação voltada para a cidadania, história da democracia, direitos humanos e pensamento crítico.
- 4) Criação de salvaguardas legais contra o uso político das Forças Armadas e da Polícia Federal, preservando sua função institucional para evitar a instrumentalização desses órgãos e assegurar seu caráter institucional e apartidário, através do estabelecimento de vedações legais à ocupação de cargos políticos por

militares da ativa, e regras que limitem a nomeação política em órgãos investigativos.

5) Reforço da institucionalidade de órgãos de direitos humanos, como a FUNAI, o Ministério dos Direitos Humanos e o MPF, com autonomia técnica, orçamentária e administrativa para assegurar que essas instituições atuem de forma autônoma e eficiente na proteção dos direitos fundamentais, por meio da garantia de orçamento adequado, independência técnica, estabilidade de cargos e proteção como interferência política.

6) Criação de mecanismos públicos de denúncia, monitoramento e responsabilização de violações de direitos, com foco especial em grupos historicamente marginalizados (indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQIA+, entre outros), permitindo a responsabilização de violações de direitos através de plataformas digitais seguras e acessíveis para denúncias, canais de escuta ativa e equipes técnicas para acompanhamento dos casos.

7) Ampliação e regionalização do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, garantindo orçamento, acesso e articulação com a sociedade civil com objetivo de proteger lideranças ameaçadas em função de sua atuação social, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, por meio

8. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; GRIN, Eduardo José; FRANZESE, Cibele;

AGÊNCIA BRASIL. Brazilian institute to start production of vaccine CoronaVac. 11 dez. 2020. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/saude/noticia/2020-12/brazilian-institute-start-production-vaccine-coronavac>

AGÊNCIA BRASIL. Inesc aponta esvaziamento de verbas da área social na gestão Bolsonaro. 27 abr. 2023. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/inesc-aponta-esvaziamento-de-verbas-da-area-social-na-gestao-bolsonaro>

AGÊNCIA BRASIL. Relatório aponta aumento da violência policial e ataques à democracia. 12 jan. 2023. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-da-violencia-policial-e-ataques-democracia>

AGÊNCIA PÚBLICA. Baixo orçamento, culpa terceirizada: como a Funai de Bolsonaro respondia à crise Yanomami. 15 mai. 2023. Disponível em:
<https://apublica.org/2023/05/baixo-orcamento-culpa-terceirizada-como-a-funai-de-bolsonaro-respondia-a-crise-yanomami/>

AGÊNCIA PÚBLICA. TJoenia Wapichana: “Tudo que Bolsonaro sonhou explorar em terras indígenas está no PL 191”. 10 mar, 2022. Disponível em:
<https://apublica.org/2022/03/joenia-wapichana-tudo-que-bolsonaro-sonhou-explorar-em-terras-indigenas-esta-no-pl-191/>

Alves, F. R. J. (2024). Necropolítica no extremo norte da Amazônia brasileira: o genocídio Yanomami sob Bolsonaro (2019-2022). *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 17(10), e12000.
<https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-383>

AMNESTY INTERNATIONAL. Discurso da administração de Bolsonaro contra os direitos humanos começa a se concretizar em medidas nos primeiros meses de governo, afirma Anistia Internacional. 2021. Disponível em:
<https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/AMR1904372019PORTUGUESE.pdf>

ANISTIA INTERNACIONAL. Bolsonaro colocou em prática discurso contra os direitos humanos, diz Anistia Internacional. *O Globo*, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-colocou-em-pratica-discurso-contra-os-direitos-humanos-diz-anistia-internacional-1-24274706>

ANISTIA INTERNACIONAL. O Estado dos Direitos Humanos no Brasil em 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/pt/latest/research/2022/03/o-estado-dos-direitos-humanos-no-brasil-em-2022/>

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Boletim epidemiológico da COVID-19 nos povos indígenas. Brasília, 2021. Disponível em:
<https://apiboficial.org/2021/05/05/boletim-covid/>

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos Indígenas do Brasil. Brasília: Apib; Indigenous Peoples Rights International (IPRI), 2021. Disponível em:
https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf

APIB. Nota Técnica: a Instrução Normativa da Funai nº 09/2020 e a gestão de interesses em torno da posse de terras públicas. 28 abr. 2020. Disponível em:
<https://apiboficial.org/2020/04/28/nota-tecnica-a-instrucao-normativa-da-funai-no-092020-e-a-gestao-de-interesses-em-torno-da-posse-de-terras-publicas/>

ASSOCIAÇÃO HUTUKARA YANOMAMI. Relatório: Yanomami sob ataque. Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://hutukara.org>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BAND. Governo comprou 45 milhões de vacinas a menos que o mínimo pedido pelo PNI em 2020. 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.band.com.br/noticias/governo-comprou-45-milhoes-de-vacinas-a-menos-que-o-minimo-pedido-pelo-pni-em-2020-16358746>

BARBOSA, Junqueira, Karina. Do adversário ao inimigo: a ascensão da extrema-direita e a crise da democracia liberal brasileira. Belo Horizonte, 2025.

BBC NEWS. Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>

Boletim epidemiológico: COVID-19 e comunidades quilombolas. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org>

BRASIL DE FATO. A destruição do Bolsa Família é o estado mínimo para os pobres. 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/milton-alves/2021/11/03/a-destruicao-do-bolsa-familia-e-o-estado-minimo-para-os-pobres/>

BRASIL DE FATO. Abandonada no governo Bolsonaro, agricultura familiar resiste a desmontes de políticas públicas. 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/articulacao-nacional-de-agroecologia/2022/10/18/abandonada-no-governo-bolsonaro-agricultura-familiar-resiste-a-desmontes-de-politicas-publicas/>

BRASIL DE FATO. Bolsonaro transfere para militares decisão sobre fiscalizações ambientais na Amazônia. 7 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/07/bolsonaro-transfere-para-militares-decisao-sobre-fiscalizacoes-ambientais-na-amazonia/>

BRASIL DE FATO. Dossiê inédito revela como Bolsonaro transformou a Funai em um órgão anti-indígena. 19 jun. 2022.

BRASIL DE FATO. Organização internacional denuncia ataque contra educação sexual no Brasil. 12 mai. 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/12/organizacao-internacional-denuncia-ataque-contra-educacao-sexual-no-brasil/>

BRASIL DE FATO. Prefeitura de BH fecha acordo para garantir vacina contra a Covid-19. 9 dez. 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/09/prefeitura-de-bh-fecha-acordo-para-garantir-vacina-contra-a-covid-19/>

BRASIL DE FATO. Relembre 7 vezes em que o governo Bolsonaro se espelhou no Brasil da ditadura militar. 31 mar. 2021. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/relembre-7-vezes-em-que-o-governo-bolsonaro-se-espelhou-no-brasil-da-ditadura-militar/>

BRASIL DE FATO. Sob Bolsonaro, Yanomami tem o maior índice de mortes por desnutrição infantil do país. 13, set, 2021. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/13/sob-bolsonaro-yanomami-tem-o-maior-indice-de-mortes-por-desnutricao-infantil-do-pais/>

CALIL, Gilberto. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?format=pdf&lang=pt>

CARTA CAPITAL. Brasil registrou 1,1 mil casos de violência contra defensores dos direitos humanos durante governo Bolsonaro. 14 jun. 2023.

CARTA CAPITAL. De incentivador de golpista a réu: o inferno de Bolsonaro em 838 dias. 26 mar. 2025.

CARTA CAPITAL. No governo Bolsonaro, desmatamento aumentou em todos os biomas, diz estudo... 18 jul. 2022.

CARTA CAPITAL. Retrospectiva: as piores declarações de Bolsonaro sobre a pandemia. 27 dez. 2020.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de segurança e nutrição. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 4, 2019.

CEFES (Cedefes). Multas ambientais caíram 20% em 2020, ano de alta no desmatamento. 13 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/multas-ambientais-cairam-20-em-2020-ano-de-alta-no-desmatamento/>

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19. 30 mar. 2023. Disponível em: <https://cebes.org.br/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19/30825/>

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI). A ascensão da extrema-direita no mundo: convergências, diferenças e o papel da história. 2024.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Falta de reconhecimento e demarcação dos Territórios Tradicionais tem resultado no aumento da violência, denunciam lideranças. 10 mai. 2019.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Após decisão do STF, governo Bolsonaro segue omissivo no combate à pandemia entre indígenas. 29 jul. 2020.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil – 2021. Brasília, 2022.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022. Brasília, 2023.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Invasão massiva pelo garimpo ilegal e facções criminosas afetam intensivamente as terras indígenas em Roraima, alertam organizações. 26 ago. 2024.

CLIMAINFO. O desmonte da FUNAI. 20 jun. 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/06/20/o-desmonte-da-funai/>

CNN BRASIL. Linha do tempo: a escalada da tensão entre STF e Bolsonaro em um mês. 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/linha-do-tempo-a-escalada-da-tensao-entre-stf-e-bolsonaro-em-um-mes/>

CONGRESSO EM FOCO. Em meio à polêmica do Enem, Bolsonaro chama direitos humanos de “esterco da vagabundagem”. 5 nov. 2017.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 12 dez. 2023.

DEUTSCHE WELLE (DW). Sem máscara, Bolsonaro gera aglomeração em ato no Rio. 23 mai. 2021.

DIPLOMATIQUE. A negação climática do governo de Jair Bolsonaro. 11 ago. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-negacao-climatica-do-governo-de-jair-bolsonaro/>

EL PAÍS. Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro. 28 jul. 2019.

EL PAÍS. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. 22 mai. 2020.

EL PAÍS. Sergio Moro acusa Bolsonaro de interferência política na PF e deixa Governo. 24 abr. 2020.

FLEURY, Sonia. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 54(4):663-677, jul-ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqJ/?format=pdf&lang=pt>

FIOCRUZ. Estudo aponta que negacionismo dificulta percepção da pandemia por ACSs. 28 jan. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro decide trocar comando da Secretaria de Comunicação da Presidência e deve entregá-la a militar. 25 fev. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Brasil elevou emissões de carbono e, neste ritmo, descumprirá sua parte no Acordo de Paris, diz estudo. 5 nov. 2024.

G1. Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós', diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. 24 jan. 2021.

G1. Governo autoriza operação militar para combater crimes ambientais na Amazônia. 28 jun. 2021.

G1. Maranhão realiza mutirão da vacinação contra Covid-19 em nove municípios. 16 ago. 2021.

GOV BR. BRASIL CHEGA À MARCA DE 700 MIL MORTES POR COVID-19. 28 mar. 2023.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. SciELO Preprints, 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2022: Brasil. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2023: Brazil. 2023.

INESC. A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021. 2021.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. Direitos Humanos sob Ataque: balanço das políticas públicas (2019-2022). Brasília: INESC, 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/direitos-humanos-sob-ata>

INESC. “Funai se transformou em Fundação Anti-indígena”, alerta dossiê sobre a atuação do órgão no governo Bolsonaro. 14 mar. 2023.

INFOAMAZONIA. Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento. 30 out, 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/25/bolsonaro-cortou-orcamento-do-ibama-icmbio-e-inpe-orgaos-chave-para-combate-ao-desmatamento/>

IPEA. Extinção dos conselhos afeta participação social nas políticas públicas. 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/163-noticias-destaques-pequeno/1816-extincao-conselhos-politicas-publicas>

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Como Bolsonaro desmontou a fiscalização ambiental. 12 set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Relatórios de Desmatamento na Amazônia e Terras Indígenas. São José dos Campos, 2019-2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Fique sabendo: dossiê revela como ‘nova Funai’ virou órgão anti-indígena. 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/fique-sabendo-dossie-revela-como-nova-funai-virou-orgao-anti-indigena>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório Missão Yanomami de 2023. Fev, 2023.
Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomamiversao_FINAL_07_02.pdf

MISKLÓCI, Richard. Muito além do negacionismo: desinformação durante a pandemia de Covid-19. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 25, 2023.

MST. Garimpo ilegal traz fome, doença e exploração sexual para território Yanomami, diz estudo. 12, abr, 2022. Disponível em:
<https://mst.org.br/2022/04/12/garimpo-ilegal-traz-fome-doenca-e-exploracao-sexual-para-territorio-yanomami-diz-estudo/>

MUDDE, Cass. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

National Library of Medicine. Investigating the 'Bolsonaro effect' on the spread of the Covid-19 pandemic: Na empirical analyses of observational data in Brazil. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38635577/>

NASCIMENTO, Victor de Matos; TORRES, Mariana Ferreira. O Brasil de Bolsonaro no regime internacional sobre a mudança do clima: um caminho sem volta? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 11, n. 3, 2022.

NETO, Caldeira Odilon; FORTI, Steven. A EXTREMA DIREITA EM PERSPECTIVA: espaços, abordagens e alcances. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 49, n. 1, 2023.

NEXO. Líderes da extrema direita global declaram apoio a Bolsonaro. 1 out. 2022. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/10/01/lideres-da-extrema-direita-global-declaram-apoio-a-bolsonaro>

NEXO. Os movimentos sociais e o ativismo no governo Bolsonaro. 30 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/os-movimentos-sociais-e-o-ativismo-no-governo-bolsonaro>

O GLOBO. Coronavírus: Bolsonaro volta a minimizar pandemia e chama governadores de 'exterminadores de emprego'. 22, mai, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/coronavirus-bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-governadores-de-exterminadores-de-emprego-24321885>

O GLOBO. “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena”, diz Bolsonaro. 12 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>

O GLOBO. MPF: Política indigenista de Bolsonaro tem 'violações sem precedentes na ordem institucional'. 17 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mpf-politica-indigenista-de-bolsonaro-tem-violacoes-sem-precedentes-na-ordem-institucional-24976324>

O GLOBO. MPF diz que objeções do governo à Pfizer “não se sustentavam”. 8 jul. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mpf-diz-que-objecoes-do-governo-pfizer-nao-se-sustentavam-1-25097090>

OLIVEIRA, João Pacheco de. A política indigenista no governo Bolsonaro: ofensiva conservadora e resistência. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020.

PEREIRA, Fernandes; LEITE, Luciana; FILHO, Maia; CRISTÓVÃO, et al. Pandemia e a resposta da democracia brasileira. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, 2022.

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desigualdades raciais e COVID-19 no Brasil. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.puc-rio.br>

RUFINO, Marcos Pereira. Ciladas da igualdade: notas sobre a política indigenista no governo Bolsonaro. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 35, n. 1, 2024.

SECOYA. Ação contra Bolsonaro avança em Haia, e indígenas vão denunciá-lo por genocídio e por ecocídio. 17 jul. 2021. Disponível em:
<https://www.secoya.org.br/single-post/a%C3%A7%C3%A3o-contra-bolsonaro-avan%C3%A7a-em-haia-e-ind%C3%ADgenas-v%C3%A3o-denunci%C3%A1-lo-por-genoc%C3%ADdio-e-por-ecoc%C3%ADdio>

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Boletim especial: impacto da COVID-19 nos bairros de São Paulo, 2021. Disponível em:
<https://www.seade.gov.br>.

SEGATTO, Catarina Ianni; COUTO, Cláudio Gonçalves. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663–677, jul./ago. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqJ/?format=pdf&lang=pt>

SENADO. Congresso derruba vetos de Bolsonaro à lei que protege indígenas na pandemia. 19, Ago, 2020. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/19/congresso-derruba-vetos-de-bolsonaro-a-lei-que-protege-indigenas-na-pandemia>

SENADO FEDERAL. Minuta contendo resumo dos trabalhos da CPI da Pandemia até 17 de outubro de 2021. Brasília, 2021. Disponível em:
https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2021/10/19/relatorio-cpi-minuta_compressed.pdf.

SENADO NOTÍCIAS. MP volta a transferir demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. 19 jun. 2019. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/mp-volta-a-transferir-demarcacao-de-terras-indigenas-para-o-ministerio-da-agricultura>

SINDICATO DOS BANCÁRIOS. Brasil está virando pária internacional nos direitos humanos, afirma ex-ministro. 9 dez. 2019. Disponível em:
<https://spbancarios.com.br/12/2019/brasil-esta-virando-paria-internacional-nos-direitos-humanos-afirma-ex-ministro>

STF – Supremo Tribunal Federal. ADPF 709/DF: Medidas de proteção aos povos indígenas durante a pandemia. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministro Barroso determina que União forneça ao público dados sobre saúde indígena em 30 dias. 31 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/ministro-barroso-determina-que-uniao-fornece-ao-publico-dados-sobre-saude-indigena-em-30-dias/>

SURVIVAL BRASIL. O que Jair Bolsonaro disse sobre os povos indígenas do Brasil. 2021. Disponível em: <https://survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais. 2 mai. 2019. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/em-dia/641-mec-diz-que-bloqueio-de-30-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.html>

UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. Bolsonaro's attitude to coronavirus increases 'risky behaviour' in Brazil. 5 mai. 2020. Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/research/news/bolsonaros-attitude-to-coronavirus-increases-risky-behaviour-in-brazil>

VALOR ECONÔMICO. Bolsonaro desautoriza Pazuello e diz que não vai comprar vacina da China. 21 out. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/21/bolsonaro-diz-em-rede-social-que-nao-comprara-vacina-da-china.ghtml>